

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

HENRIQUE SOUZA DA SILVA

**DE MALAN À GUEDES: A PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO PELOS MINISTROS DA FAZENDA**

PORTO ALEGRE
2021/02

Henrique Souza da Silva

De Malan à Guedes: a perspectiva do desenvolvimento econômico pelos ministros da fazenda

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do sul como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador:
Prof. Dr. Rodrigo Stumpf González

Porto Alegre

2021/02

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Henrique

De Malan à Guedes: a perspectiva do desenvolvimento econômico pelos ministros da fazenda / Henrique Silva. -- 2021.

97 f.

Orientador: Rodrigo Stumpf González.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Desenvolvimento econômico. 2. Ministros da Fazenda. 3. Neoliberal. 4. Desenvolvimentista. 5. Novo-desenvolvimentista. I. Stumpf González, Rodrigo, orient. II. Título.

AGRADECIMENTO A CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

Os seis anos de graduação me proporcionaram conhecer um universo de pessoas que, de diferentes formas, deixaram marcas na minha trajetória. Mas conhecer cada uma delas não teria sido possível sem o apoio, carinho e companheirismo do meu pai Jairo, minha mãe Denise, minha irmã Rafaela e dos meus avós Francisco e Noraci. Devo, sem absolutamente nenhum exagero, tudo a vocês.

Também devo muito à família que escolhi ter aqui em Sapucaia, e que durante mais de 17 anos me proporcionou uma série de momentos que guardo com muito carinho. Ao Arthur, ao Andrade, ao Pedro, ao Pietro, ao Gabriel, ao Arthur e ao Renan, pelas incontáveis histórias, vídeos de Hermes e Renato, pelas jogatinas de Naruto e pelas noites de crepe, minhas *gracias totales*. À Julia e à Alice, pela cumplicidade e pelas noites de trapaça no uno e jogos de mímica, sou muito grato a vocês. Não posso deixar de citar a pessoa que me incentivou a cursar o curso que concluo hoje: professor Rafael, que, embora nunca tenha me dado aula, me ensinou por que a Sociologia é uma arma fundamental de combate.

A minha sorte, que sei que de sorte e acaso não tem nada, me acompanhou na graduação e permitiu que, novamente, eu encontrasse pessoas que foram muito boas para mim, que me ensinaram e fizeram do período da graduação anos, apesar de politicamente difíceis, prazerosos. Agradeço ao Gabriel, amigo que fiz nas idas e vindas de Sapucaia até o vale, ao Humberto, amigo com quem dividi minha segunda casa em Porto Alegre, ao Anderson, amigo que me despertou a curiosidade constante de *olhar para o céu*. Nessa trilha, agradeço ao Alex, também umas das pessoas que conheci logo no início do curso, uma pessoa de um companheirismo sem fim e que me ensinou muito. Agradeço à Ana, amiga com quem dividi minha primeira casa depois de sair de Sapucaia, que por algum tempo aturou minha chatice (apesar de ela não falar sobre isso) e com quem também aprendi muito. Agradeço a todos vocês.

Se me formo enquanto pesquisador hoje, esse momento só foi possível graças ao Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina da UFRGS. Agradeço de coração a toda a equipe pelos momentos de risada (principalmente), discussões no grupo de WhatsApp, e pelos jogos de tabuleiro. Há duas pessoas que preciso citar nominalmente, porque com elas guardo uma dívida impagável. Meu orientar

Rodrigo, pela paciência de aturar umas quatro ou cinco mudanças de tema no TCC e por tudo que me ensinou em conversas na sala do NUPESAL, em sala de aula e durante todo o tempo da iniciação científica. E à professora Jennifer, por proporcionar não só para mim, mas também para todos os outros colegas de graduação, a oportunidade de conhecer de perto o que é fazer ciência. Tenho um carinho muito grande por vocês dois (apesar de compartilharem um péssimo gosto por futebol: um é colorado e a outra é xavante).

Também agradeço ao professor Luís Gustavo, carinhosamente (ele sabe) chamado de Caetano pelos alunos da graduação, pela intensa rotina de estudos sobre fascismo. Agradeço à Maíra pela prontidão em me auxiliar quando a procurei para saber como proceder com o método de análise de conteúdo.

Infelizmente, em um texto dedicado aos agradecimentos, sempre deixamos passar um ou outro nome, mas não posso deixar de fazer menção à minha supervisora durante os meses em que estagiei no Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Planejamento do Estado. Foi trabalhando com a Daiane que compreendi melhor o valor que possui a pesquisa científica livre e independente. Meu muito obrigado! Por fim, agradeço aos meus camaradas, com quem aprendo constantemente, por que pensar coletivamente é, invariavelmente, mais importante do que de forma individual, e que me inspiram a lutar contra a miséria que é o capitalismo.

“Ora, qualquer análise materialista alerta que os conceitos e seus usos podem ter uma vida própria, mas que esta, de um modo ou outro, está imbricada com os fenômenos e fatos históricos materiais que procura nomear e/ou explicar. [...].

Nesta leitura, o conceito e seu movimento refletem as contradições e o movimento da própria sociedade, ou seja, da práxis dos seres humanos voltados a preservá-la ou transformá-la. O conceito, nesta visão, é tão real quanto o objeto que se propõe conceituar.”

Pedro Cezar Dutra Fonseca

RESUMO

Desde o segundo governo Dilma (2014-2016), o Brasil tem passado pela aplicação de uma série de políticas de austeridade fiscal, cuja representação máxima culminou, em 2016, já no governo de Michel Temer, na Emenda Constitucional nº 95. Como foi possível acompanhar, o argumento central para se aplicar uma política fiscal de austeridade se deveu ao fato de que o excesso de gasto dos governos petistas havia provocado um desequilíbrio nas contas públicas e, por consequência, jogara o Brasil em uma crise econômica sem fim. Não infreqüentemente, se defendeu o ponto de vista de que essas decisões eram puramente técnicas ou ainda racionais. Entretanto, quando analisamos a história da economia política do país e a literatura dedicada à discussão macroeconômica, observamos que muitas vezes o prognóstico de como sair da crise se assemelha – ou se confunde – com o de como se desenvolver economicamente. Dessa forma, o que é colocado como única saída possível, na verdade, está associado a formas de se conceber o desenvolvimento econômico; concepções que muitas vezes ficam na sombra do debate. A partir do exposto, este trabalho parte do seguinte problema: é possível, através da análise de falas/exposições dos ministros da Fazenda, de Fernando Henrique Cardoso à Jair Bolsonaro, identificar tipos de desenvolvimento econômico subjacentes a essas manifestações? A hipótese implícita ao problema é que os posicionamentos dos ministros dessa pasta não são puramente neutros ou técnicos – como às vezes fazem querer parecer –, mas que, sim, estão ligados à uma determinada filiação teórica e modos específicos de interpretar a realidade econômica e social que orientam seus discursos e sua ação. Para cumprir com o objetivo, foram elaborados três tipos ideais de desenvolvimento econômico: I. neoliberal; II. desenvolvimentista; III. novo-desenvolvimentista. Essa construção permitiu, a partir do uso do método de análise de conteúdo, classificar as manifestações dos ministros da Fazenda segundo algum dos tipos. Os resultados da análise demonstraram que, longe de estarem associadas à lógica da “razão” ou único caminho possível, e apesar de algumas variações, todos os ministros deram ênfase, nas suas manifestações, ao aspecto do equilíbrio fiscal, peça chave do tipo neoliberal.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Ministros da Fazenda. Neoliberal. Desenvolvimentista. Novo-desenvolvimentista.

RESUMEN

Desde el segundo gobierno de Dilma (2014-2016), Brasil viene aplicando una serie de políticas de austeridad fiscal, cuya máxima representación culminó, en 2016, en el gobierno de Michel Temer, en la Enmienda Constitucional nº 95. Cómo sigue, el argumento para aplicar una política de austeridad fiscal se debió al hecho de que el exceso de gasto de los gobiernos del PT había provocado un desequilibrio en las cuentas públicas y, en consecuencia, había llevado a Brasil a una crisis económica sin fin. No pocas veces se defendió la opinión de que estas decisiones eran puramente técnicas o incluso racionales. Sin embargo, cuando analizamos la historia de la economía política del país y la literatura dedicada a la discusión macroeconómica, observamos que muchas veces el pronóstico de cómo salir de la crisis es similar – o se confunde – con el de cómo desarrollarse económicamente. De esta forma, lo que se considera la única salida posible, en realidad se asocia a formas de concebir el desarrollo económico; concepciones que muchas veces quedan a la sombra del debate. A partir de lo anterior, este trabajo parte del siguiente problema: ¿es posible, a través del análisis de discursos/exposiciones de los ministros de los Ministerios de Hacienda, desde Fernando Henrique Cardoso hasta Jair Bolsonaro, identificar tipos de desarrollo económico subyacentes a estas manifestaciones? La hipótesis implícita al problema es que las posiciones de los ministros de esta cartera no son puramente neutrales o técnicas - como a veces lo hacen parecer-, sino que están vinculadas a una determinada filiación teórica y a formas específicas de interpretar la realidad económica y social. Realidad, que guía sus discursos y sus acciones. Para cumplir con el objetivo se elaboraron tres tipos ideales de desarrollo económico: I. neoliberal; II. desarrollista; III. nuevo-desarrollista. Esta construcción permitió, utilizando el método de Análisis de Contenido, clasificar las manifestaciones de los ministros de Hacienda según uno de los tipos. Los resultados del análisis mostraron que, lejos de asociarse a la lógica de la “razón” o del único camino posible, y a pesar de algunas variaciones, todos los ministros enfatizaron, en sus manifestaciones, el aspecto del equilibrio fiscal, parte clave del modelo neoliberal.

Palabras-clave: Desarrollo económico. Ministros de Hacienda. Neoliberal. Desarrollista. Nuevo-desarrollista.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Nuvem de palavras – Malan.....	49
Figura 2. Nuvem de palavras – Palocci.....	53
Figura 3. Nuvem de palavras – Mantega	56
Figura 4. Nuvem de palavras – Levy.....	61
Figura 5. Nuvem de palavras – Barbosa	64
Figura 6. Nuvem de palavras – Meirelles	67
Figura 7. Nuvem de palavras – Guardia.....	70
Figura 8. Nuvem de palavras – Guedes.....	72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Frequência e posições, Malan.....	50
Quadro 2. Frequência e posições, Palocci.....	54
Quadro 3. Frequência e posições, Mantega	57
Quadro 4. Frequência e posições, Levy.....	61
Quadro 5. Frequência e posições, Barbosa	64
Quadro 6. Frequência e posições, Meirelles	67
Quadro 7. Frequência e posições, Guardia.....	70
Quadro 8. Frequência e posições, Guedes.....	72

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CPE	Comissão de Planejamento Econômico
EC 95	Emenda Constitucional nº 95
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBRE	Instituto Brasileiro de Economia
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
Paeg	Plano Econômico de Ação Econômica do Governo
PED	Programa Estratégico de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	Parceria Público-Privada
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
RBE	Revista Brasileira de Economia
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 OS DESENVOLVIMENTOS ECONOMICOS	17
2.1. NEOLIBERAL.....	17
2.2. DESENVOLVIMENTISTA	28
2.3. NOVO-DESENVOLVIMENTISTA	37
3 METODOLOGIA	43
4. ANÁLISE DOS CASOS	49
4.1. PEDRO MALAN (01/1995 – 12/2002).....	49
4.2. ANTÔNIO PALOCCI (01/2003 – 03/2006).....	52
4.3. GUIDO MANTEGA (03/2006 – 12/2014)	56
4.4. JOAQUIM LEVY (01/2015 – 12/2015)	60
4.5. NELSON BARBOSA (12/2015 – 05/2016).....	63
4.6. HENRIQUE MEIRELLES (05/2016 – 04/2018).....	66
4.7. EDUARDO GUARDIA (04/2018 – 12/2018).....	69
4.8. PAULO GUEDES (01/2019 - ATUALMENTE)	71
4.9. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DOS CASOS	74
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	77
APÊNDICE A – Quadro de correspondência das reportagens por sobrenome do ministro/ano com suas respectivas referências	89
APÊNDICE B – Palavras-chave	97

1 INTRODUÇÃO

Desde o segundo governo Dilma (2014-2016), o Brasil tem passado pela aplicação de uma série de políticas de austeridade fiscal, cuja representação máxima culminou, em 2016, já no governo de Michel Temer, na Emenda Constitucional nº 95, corriqueiramente conhecida como a “Pec” do Teto de Gastos. A nova lei limitou os gastos públicos por 20 anos ao impedir sua expansão para além da inflação do ano anterior. Desde então, os orçamentos relacionados a serviços públicos, educação, infraestrutura, saúde e também o de seguridade social foram submetidos a um mecanismo de controle de gastos pouco usual nas experiências de se equilibrar as contas públicas pelo mundo (ROSSI; DWECK; ARANTES, 2018).

Como foi possível acompanhar não somente nos meios de comunicação, mas também no debate acadêmico entre economistas (PESSOA, 2018; GIAMBIAGI; SCHWARTSMAN, 2014; CARVALHO; ROSSI, 2020; DWECK; ROSSI; MELLO, 2020), o argumento central de se aplicar uma política fiscal de austeridade se deveu ao fato de que o excesso de gasto dos governos petistas havia provocado um desequilíbrio nas contas públicas e, por consequência, jogara o Brasil em uma crise econômica sem fim. Além disso, outras reformas, como a trabalhista e a previdenciária, também foram preconizadas não só como forma de sanar as contas públicas, mas também com o objetivo de resgatar a confiança do empresariado e, por consequência, o potencial do investimento (AMORIM, 2012; ALMEIDA JUNIOR; LISBOA; PESSOA, 2015; PESSOA, 2018).

Não infreqüentemente, se defendeu o ponto de vista de que essas decisões eram puramente técnicas ou, ainda, racionais. Henrique Meirelles, ministro da Economia à época da aprovação da Emenda Constitucional nº 95, defendeu que a reforma da Previdência não era “[...] uma questão de preferência, de decisão ou de opinião. A reforma é uma necessidade matemática, financeira e fiscal” (MEIRELLES, 2017c). A comparação entre as despesas governamentais e familiares também foi um discurso recorrente. Enquanto esteve à frente do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa já havia manifestado esse paralelo: “As famílias cortam suas despesas mais rápido que as empresas. As empresas cortam suas despesas mais rápido que o governo. Mas todo mundo tem que adequar suas despesas ao novo patamar de receitas” (BARBOSA, 2016a).

Entretanto, quando analisamos a história da economia política do país e a literatura dedicada à discussão macroeconômica, observamos que muitas vezes o prognóstico de como sair da crise se assemelha – ou se confunde – com o de como se desenvolver economicamente. A defesa da austeridade e o corte de gastos públicos como forma de desenvolvimento podem ser encontrados em Gudin (2010a; 2010b [1977]), Franco (1998) e em Levy e Villela (2006), em momentos e contextos econômicos distintos. Dessa forma, o que é colocado como única saída possível, na verdade, está associado a formas de se conceber o desenvolvimento econômico; concepções que muitas vezes ficam à sombra do debate.

Soma-se a isso o fato de que, no Brasil, os economistas, em especial os ligados à gestão do Estado, se constituem enquanto segmento específico dentre as elites dirigentes, atuando também como dirigentes políticos, para além de meros assessores ou funcionários burocráticos (LOUREIRO, 2006). A construção social desse grupo lhe confere um papel central na elaboração de estratégias e planos econômicos – Plano de Metas, Plano Econômico de Ação Econômica do Governo (Paeg), Plano Real, para citar alguns exemplos¹. Paula e Cavalieri (2021, p. 3) assinalam que o conhecimento econômico passou a constituir um “[...] tipo de saber técnico, científico, administrativo e burocrático necessário para os estados organizados e para a elaboração e implementação de políticas públicas e mesmo da gestão cotidiana dos governos”, sobretudo a partir das décadas iniciais do século XX.

Loureiro, Abrucio e Rosa (1998, p. 50) apontam para a centralidade política que os Ministérios da Fazenda tiveram nos países latino-americanos, argumentando que a crise fiscal e inflacionária dos anos 1980 e 1990 contribuiu para criação de “uma era sob o signo da urgência econômica”. Como bem lembra Salomão (2021), foi a partir do Ministério da Fazenda que, no Brasil, se elaborou e executou o processo de instalação da indústria.

No império dos tecnocratas – tido até hoje como a “era de ouro” da profissão no Brasil –, os ministros da Fazenda fizeram por levar o país da ilha de prosperidade prometida pelo “milagre econômico” (1968 – 1973) ao

¹ Em relação ao Plano de Metas, um de seus principais formuladores foi Roberto Simonsen, que se tornaria ministro da Fazenda logo após o início da implementação; em relação ao Paeg, Roberto Campos (ministro do Planejamento) e Octavio Bulhões (ministro da Fazenda) foram os responsáveis por sua elaboração; a organização do Plano Real ficou por conta de Fernando Henrique Cardoso (então ministro da Fazenda de Itamar Franco), e os responsáveis por sua elaboração foram, sobretudo, André Lara Resende e Pêrsio Arida.

mar de turbulências na primeira metade dos anos 1980. (SALOMÃO, 2021, p. 11).

O interesse pelo posicionamento de economistas (FRAGA, 2021; SALOMÃO, 2021; BELIEIRO JUNIOR, 2008; BARBOSA, 2015) e o pensamento econômico no Brasil (BIELSCHOWSKY, 1988; BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2005; COSENTINO; GAMBI, 2019; MANTEGA, 1985; SAES; SAES, 2016) conformam uma área de estudo já bastante explorada na literatura. Um dos propósitos desta monografia é contribuir com esse campo de estudo, embora ela não parta do movimento de apenas mapear o pensamento econômico.

A partir do contexto exposto, este trabalho parte do seguinte problema: é possível, através da análise de falas/exposições dos ministros da Fazenda, de Fernando Henrique Cardoso à Jair Bolsonaro, identificar tipos de desenvolvimento econômico subjacentes a essas manifestações? A hipótese implícita ao problema é de que os posicionamentos dos ministros dessa pasta não são puramente neutros ou técnicos – como às vezes fazem querer parecer –, mas que, sim, estão ligados à uma determinada filiação teórica e modos específicos de interpretar a realidade econômica e social que orientam seus discursos e sua ação. Para cumprir com o objetivo de responder a esse o problema, foram definidos, a partir das contribuições de Bielschowsky (1988), Bielschowsky e Mussi (2005), Bresser-Pereira (2006), Sicsú, Paula e Michel (2007) e Rizzo (2019), três tipos ideais (WEBER, 2012) de desenvolvimento econômico: I. neoliberal, II. desenvolvimentista e III. novo-desenvolvimentista. Segundo define Souza (2006, p. 1), “O tipo ideal é obtido mediante o encadeamento de um conjunto de fenômenos isoladamente dados, que se ordenam segundo pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um esquema homogêneo de pensamento”.

Dessa forma, a escolha pela definição de tipos ideais de desenvolvimento permitiu extrair características componentes de cada tipo, para, num segundo momento, identificar as falas dos ministros da Fazenda como pertencentes a cada tipo (COHN, 1979). Foram definidas variáveis para cada tipo e, em seguida, elas foram operacionalizadas. Os casos de análise totalizam oito: Pedro Malan (01/01/1995 – 31/12/2002); Antonio Palocci (01/01/2003 – 26/03/2006); Guido Mantega (27/03/2006 – 31/12/2014); Joaquim Levy (01/01/2015 – 17/12/2015); Nelson Barbosa (18/12/2015 – 12/05/2016); Henrique Meirelles (13/05/2016 – 04/04/2018); Eduardo Guardia (07/04/2018 – 31/12/2018); e Paulo Guedes

(01/01/2019 – atualmente). As temporalidades da análise dizem respeito ao período em que cada um dos indivíduos exerceu o cargo de ministro da Fazenda.

A metodologia do trabalho segue um protocolo qualitativo, se valendo do método de análise de conteúdo (BARDIN, 1988) e, em complementação, da análise comparativa qualitativa (RAGIN, 2008). Essa escolha se deveu ao fato de que não bastaria a categorização da exposição de determinado ministro em uma única variável para que ele pudesse ser classificado em algum tipo. Dito de outra forma, é necessário que haja uma presença conjunta de categorias para se chegar até a conclusão de que “A” pertence à “B”. Os meios de busca do material de análise utilizado foram os seguintes, em ordem de prioridade: site do Ministério da Economia, repositório do jornal Folha de São Paulo e pesquisa genérica no Google.

Além desta introdução e das considerações finais, este trabalho ainda está dividido em três outros capítulos: 2. Os desenvolvimentos econômicos, onde há a caracterização de cada tipo ideal de desenvolvimento; 3. Metodologia, onde é apresentada de forma mais precisa a parte operacional; e 4. Análise dos casos, onde se analisa as manifestações de cada ministro.

2 OS DESENVOLVIMENTOS ECONOMICOS

O desenvolvimento econômico pressupõe, segundo Gala (2011), uma transformação da estrutura produtiva de uma economia que incorpore progressivamente mais tecnologias e aumente a produtividade dos fatores. De acordo com Sunkel e Paz (1974), o debate sobre desenvolvimento econômico se consolidou enquanto uma área das ciências econômicas após a Segunda Guerra Mundial, passando por “fases” de diferentes interpretações – num primeiro momento relacionado ao crescimento e, posteriormente, como um processo de transformação da economia global. A literatura engendrou diversos conceitos para classificar países em diferentes níveis econômicos. “Desenvolvidos”, “subdesenvolvidos”, “em desenvolvimento” e “emergentes” foram algumas dessas categorias (SUNKEL; PAZ, 1974).

Partindo das contribuições de Bielschowsky (1988), Bielschowsky e Mussi (2005), Bresser-Pereira (2006), Sicsú, Paula e Michel (2007) e Rizzo (2019), foram traçados três tipos ideais de desenvolvimento econômicos e seus respectivos diagnósticos de como se desenvolver: neoliberal, desenvolvimentista e novo-desenvolvimentista. Cada um deles será explorado nas próximas páginas.

2.1. NEOLIBERAL

O objetivo desta seção é constituir um núcleo duro sobre o que poderia ser denominado um tipo neoliberal de desenvolvimento econômico. Para cumprir essa finalidade, o trabalho buscou mapear autores que concatenaram fatores teóricos que constituiriam o arcabouço teórico do pensamento neoliberal frente a questões de desenvolvimento econômico. Um primeiro movimento de busca identificou os trabalhos de Bielschowsky (1988), Bielschowsky e Mussi (2005) e Rizzo (2019) como contribuições que buscaram aferir como o pensamento neoliberal se desenvolveu no Brasil, e, sobretudo, como interpretou as questões de economia política frente ao objetivo de se desenvolver economicamente.

A partir deles, se identificou os trabalhos de Eugênio Gudín, precursor do pensamento neoliberal no Brasil, até economistas mais contemporâneos, como Paulo Rabello de Castro, Gustavo Franco, Samuel Pessoa, Marcos Lisboa e Alexandre Schwartzman. Evidentemente, não se pode tomar todas as elaborações

dos citados autores como homogêneas – até porque, como será exposto em seguida, houve mudanças na forma de interpretar as questões sobre o desenvolvimento nos últimos 70 anos – mas percebe-se que, no que se refere à uma velha e já conhecida posição que advogam os neoliberais, qual seja, o papel do Estado na economia, essa se manteve presente. Ademais, antes de se definir as características que permitirão enquadrar o desenvolvimento econômico como neoliberal, é necessário dizer que o uso dos termos “liberal” e “neoliberal” para denominar uma teoria ou determinado autor não é consensual. Enquanto alguns argumentam que o termo neoliberal é uma criação de autores identificados com o campo da esquerda para depreciar o pensamento liberal (PANELLI, 2021; RALLO, 2016), outros identificam o neoliberalismo como um movimento político-teórico novo, que se desenvolveu em meados dos anos 1970 como resposta ao esgotamento do modelo keynesiano e com o objetivo de acentuar o processo de acumulação capitalista (HARVEY, 2014).

Não menos necessário é dizer que a discussão e os estudos sobre o neoliberalismo enquanto política, economia e subjetividade são diversos e não se esgotam nessas duas interpretações (KLEIN, 2008; DARDOT; LAVAL, 2019, 2016; SAAD FILHO; MORAIS, 2018). O que de fato importa, porém, é definir como o ideário neoliberal se desenvolveu no Brasil. Bielschowsky (1988) afirma que a corrente neoliberal surgiu como resultado do processo de crise internacional e transformações econômicas que afetaram o mundo no início do século XX e que enfraqueceram a base de sustentação da ideologia liberal, qual seja, de que o bom andamento da economia se daria de forma pura e estrita pelo mercado. No pós-1930, os liberais brasileiros passaram a admitir a necessidade de algum grau de intervenção estatal no mercado com o objetivo de corrigir distorções que atingiam os mercados de economias subdesenvolvidas, como a brasileira – daí o uso de *neo* pelo autor. Segundo ele, seriam três os aspectos que caracterizariam a posição dos economistas da corrente neoliberal no país: (a) partidários da redução da intervenção do Estado na economia; (b) apoiadores veementes de políticas de equilíbrio monetário e financeiro; e (c) que não propunham medidas ao projeto de industrialização, sendo frequentemente contrários a elas (BIELSCHOWSKY, 1988).

Rizzo (2019), por sua vez, ao estudar a história do pensamento econômico liberal e neoliberal no Brasil, argumenta que a passagem do liberalismo para o neoliberalismo se dá quando o próprio Estado passa a ser capturado pela lógica

econômica, ou seja, pela lógica concorrencial, funcionando como instrumento de estímulo desse raciocínio na sociedade e com o objetivo de tornar a concorrência ainda mais eficiente. O Plano Real tornou-se um dos momentos chave para essa transição. Isso porque a interpretação da recomposição da renda como um comportamento racional dos agentes visando se proteger contra os efeitos inflacionários, permitiu aos teóricos do plano remover o componente estrutural (especificidade) da análise, e, portanto, “[...] retirados os mecanismos de indexação particulares ao Brasil, nossa economia se assemelha[ria] a qualquer outra e os remédios político-econômicos são universais nesse sentido” (RIZZO, 2019, p. 414). Os tais remédios político-econômicos seriam o da estabilidade e equilíbrio e se traduziriam, a partir de então, no manejo dos instrumentos macroeconômicos. É a partir deles que o Estado pode melhor oferecer esse ambiente para que o mercado, esse sim, consiga aferir os sinais e orientar os passos do sujeito empreendedor.

Rocha (2018) associou o surgimento do ideário pró-mercado no Brasil, ainda em meados dos anos 1940, com uma forma pragmática de arma contra o comunismo². A autora afirma que a difusão desse ideário ganhou força a partir de traduções para o português de obras de Ludwig von Mises, Milton Friedman e, sobretudo, do economista austríaco Friedrich Hayek, quando, em 1946, seu livro *O caminho da servidão* é publicado pela primeira vez aqui. Se, porém, a circulação do ideário pró-mercado esteve mais restrita aos círculos empresariais e acadêmicos entre as décadas de 1950 e 1970, a criação de *think tanks*³ nos anos 1980 permitiu uma maior institucionalização e popularização dessas ideias. Um desses *think tanks*, o Students for Liberty (c2020), que afirma ter o liberalismo como um de seus valores, define que a melhor forma de se promover o desenvolvimento econômico é se garantir a proteção dos direitos de propriedade, e, para isso, garantir o funcionamento do livre comércio. Como consta numa seção do próprio site,

² No trecho a seguir, se observa um dos posicionamentos de Eugênio Gudín acerca de um projeto que tramitava no Congresso Nacional no início dos anos 1960 a respeito de uma possível intervenção do Estado sobre remessas de lucros: “[...] a avalanche de projetos nesse sentido só se explica por uma motivação emocional ou irracional. Na realidade, é uma mistura das duas. É um produto genético de nosso nacional-comunismo, híbrido do comunismo verdadeiro, de seu parceiro, o socialismo de Estado e de grupo de inocentes-úteis cuja característica dominante é a burrice” (GUDIN *apud* BIELSCHOWSKY, 1988, p. 76-77).

³ O termo se refere a organizações/grupos, geralmente não-governamentais, engajadas com pesquisa e análise de determinado tema, com fins de influenciar o debate público e o processo de elaboração de políticas públicas (STONE, 2005).

O livre comércio aumenta as oportunidades empresariais, que promovem a criação de novos produtos, serviços e tecnologia, o que, por sua vez, possibilita o desenvolvimento de novos mercados, criando novas riquezas. Os empreendedores de sucesso representam outro fator-chave na contribuição para o desenvolvimento econômico. Capitalizando oportunidades e recorrendo a recursos inexplorados, eles são capazes de gerar novas riquezas em muitos setores, fornecendo bens e serviços valiosos. Evidentemente, a falha em proteger adequadamente os direitos de propriedade reduzirá o incentivo para os empreendedores investirem e florescerem e, conseqüentemente, inibirá severamente qualquer potencial de desenvolvimento econômico. Da mesma forma, as intervenções governamentais que restringem o livre comércio também produzirão uma redução no desenvolvimento econômico. (STUDENTS FOR LIBERTY, c2020).

Um dos principais defensores do livre comércio como meio de desenvolvimento foi Eugênio Gudín. Engenheiro de formação e economista autodidata, Gudín foi responsável pela elaboração do currículo que serviria de base para a criação dos primeiros cursos superiores de economia no país – o primeiro estabelecido na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) em 1946. No mesmo ano, como professor na Fundação Getúlio Vargas (FGV), deu início à criação de um centro de estudos econômicos que mais tarde passaria a se chamar Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) e ficaria conhecido por editar a *Revista Brasileira de Economia* (RBE) (KELLER, c2009). Durante o Estado Novo, participou da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) – posição desde onde entraria num acirrado debate com Roberto Simonsen sobre planejamento econômico – e, posteriormente, foi ministro da Fazenda, no governo Café Filho (SIMONSEN; GUDIN, 2010).

À época, Gudín interpretou que a causa básica do desequilíbrio no balanço de pagamentos brasileiro era a inflação. A tese na qual o diagnóstico se assentava era de que a economia brasileira sofria de “hiperemprego” e de baixa produtividade (BIELSCHOWSKY, 1988; FARIA; SILVA; CAVALIERI, 2020). Ao contrário do que a tese estruturalista afirmava, que a economia brasileira e também a latino-americana sofriam de um problema crônico de desemprego, Gudín (2010b [1977]) sustentava justamente o oposto: era devido ao fato de haver pleno emprego da mão-de-obra que a inflação se desenvolvia. Assim, ele não se opunha ao processo de industrialização, mas postulava que esse deveria ser feito a partir de uma liberação de mão de obra do setor agrícola para o desenvolvimento industrial. Dada a condição de pleno emprego vigente na economia brasileira, o Estado “forçar” um processo de industrialização, deslocando um conjunto de mão de obra de um setor

para o outro, apenas causaria uma pressão de aumento de salários e, conseqüentemente, mais inflação.

Entre as medidas propostas para combater a inflação, Gudin (2010b [1977]) destacava a necessidade de redução dos investimentos do governo em obras públicas; um maior controle da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) sobre a quantidade e destino de crédito ofertado; a obrigatoriedade de os bancos manterem reservas proporcionais a seus depósitos no junto à SUMOC, entre outras. Essas medidas serviram de controle do excesso de demanda, promovendo um desaquecimento na economia e tornando possível atingir uma situação de equilíbrio entre oferta e procura. Sobre a questão da baixa produtividade, a única maneira de reverter tal situação seria a criação de condições e orientações – mas sem interferir – para que o capital nacional e o estrangeiro realizassem os investimentos necessários. O trecho a seguir deixa explícito o papel que o Estado deveria assumir:

Num país que precisa fomentar a formação e a boa aplicação de capital em investimentos produtivos, a lei deve assegurar o respeito ao capital. Digo propositadamente “respeitar” e não “garantir” o capital. O risco é função inerente ao empreendimento, que é o emprego do capital. Quem organiza um negócio ou uma empresa não pode pretender que em caso de sucesso caibam-lhe os lucros e, em caso de insucesso, sejam os prejuízos suportados pela comunhão. O que a lei deve é respeito ao capital, no sentido de não agredi-lo nem persegui-lo. Num país em que o empreendedor se arrisca a ver sua empresa desapropriada sem indenização “prévia”, ou por avaliação feita em base de um quase-confisco, o capital se retrai e se intimida. *O espírito de empreendimento requer também a segurança de que o Estado nunca virá concorrer com o empreendedor no campo econômico da iniciativa privada, pela criação de indústrias concorrentes, mistas ou paraestatais. O empreendedor deve estar sempre disposto a concorrer com outro empreendedor, mas não com o Estado todo-poderoso.* (GUDIN, 2010b [1977], p. 109, grifo meu).

Essa interpretação de um Estado que deveria “estabelecer as regras do jogo, mas não jogar” irá pautar a posição do autor frente às empresas estatais, que, nas palavras de Gudin (2010b [1977, p. 82), “além de parasitar o tesouro público”, viviam “[...] sugando também o consumidor, que paga[va] preços ou tarifas elevadas por mau serviço”. Nesse sentido, Gudin, assim como Octavio Bulhões (2019), entendia que a falta de desenvolvimento econômico era fruto exatamente das intervenções estatais, de menor eficiência (controles tarifários, subsídios etc.) e frequentemente equivocadas (como a própria política de industrialização).

Se, por um lado, durante o regime militar, a defesa das teses de privatizações teria pouco espaço de implementação, por outro, o Plano de Ação Econômica do

Governo (Paeg), cujo principal objetivo era buscar a estabilidade monetária, incorporaria no seu diagnóstico que a causa número um da inflação estava na expansão da base monetária (SANTOS, 2000). Embora apresentasse elementos de interpretação ortodoxa/monetarista a respeito dos problemas econômicos, o plano elaborado por Roberto Campos, então ministro do Planejamento, e Octavio Bulhões, da Fazenda, também instituiu políticas que buscavam estabelecer um planejamento econômico, tais como a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e a substituição da SUMOC pelo Banco Central do Brasil (VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO JÚNIOR, 1999). É somente no final dos anos 1970, com os problemas advindos do endividamento externo e esgotamento do modelo de desenvolvimento promovido pelo regime militar, que a discussão sobre o tamanho do Estado e sua interferência na economia retomariam espaço (BIELSCHOWSKY; MUSSI, 2005).

Segundo Bielschowsky e Mussi (2005), o projeto neoliberal, no início dos anos 1980, postulava a abertura comercial e financeira, privatizações, desregulamentação e redução do gasto público como as soluções para superar o endividamento e conter a inflação – que posteriormente viria a ser o principal objeto de discussão dos planos de estabilização da moeda. Como apontam Santos *et al.* (2004), entre 1980 e 1990, os governos de Figueiredo, Sarney e Collor empreenderam cerca de cinco planos de ação para a desestatização de empresas, entre programas e conselhos; até 1996, o país já havia privatizado cerca de 40 empresas estatais. Em parte proveniente da visão de que o Estado deveria reduzir sua atuação enquanto agente econômico, em outra devido à suposta ineficiência das empresas, a venda de estatais combinada com o aumento das taxas de juros serviu de porta de entrada para o capital estrangeiro (dólares), possibilitando a chamada âncora cambial, peça chave do Plano Real (CASTRO, 2011).

Não de modo apartado, a reorientação das políticas econômicas desse período esteve relacionada a um movimento no âmbito internacional, ensejando uma série de recomendações e condições propostas por agências de financiamento para que a América Latina pudesse se recuperar economicamente. A Rodada Uruguai, lançada em 1986, e o chamado Consenso de Washington⁴, de 1989, representaram

⁴ A expressão Consenso de Washington, de autoria de Williamson (1990), representou um culminar de prognósticos a partir de uma reunião que ocorreu em Washington, com funcionários do governo

dois momentos dessa inflexão (BATISTA, 1992, 1994). Enquanto o primeiro buscou estabelecer as bases e os acordos para a liberalização comercial de países em desenvolvimento como condição para a renegociação de suas dívidas externas, o Consenso de Washington, no mesmo sentido, avaliou como as reformas vinham sendo implementadas na região. Como sistematizado por Williamson (1990), foram dez os pontos abordados na avaliação: 1. déficits fiscais; 2. gastos públicos prioritários; 3. reforma tributária; 4. taxas de juros; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento estrangeiro direto; 8. privatizações; 9. desregulação burocrática; e 10. direitos de propriedade.

Ao analisar a política econômica de Collor, Sallum Junior (2011) defende que o neoliberalismo influenciou apenas parte das reformas empreendidas pelo governo, especificamente as referentes às privatizações. Isso porque as reformas econômicas teriam sido influenciadas por outra inspiração, qual seja, a de integrar competitivamente o país no capitalismo mundial, transferindo para a iniciativa privada a prerrogativa do desenvolvimento brasileiro. Assim, o fim de isenções de tarifas de importação, o fim do veto de produtos cuja importação antes era proibida, a facilitação da entrada de capital estrangeiro mediante a criação de um mercado de câmbio livre, da possibilidade de negociação de títulos emitidos no Brasil no exterior e a criação do Mercosul, comporiam o objetivo de integração competitiva (CASTRO, 2011; SALLUM JUNIOR, 2011). Os anos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) seguiram uma linha semelhante. Depois de o Plano Real ter superado o fracasso de cinco planos anteriores⁵, o governo empreendeu algumas reformas alinhadas com as premissas da eficiência do setor privado, de ajuste fiscal e da estabilidade monetária. As privatizações que já vinham ocorrendo se amplificaram com a venda da Telebrás e de bancos estaduais; empreendeu-se uma reforma previdenciária em que se ampliava o tempo de contribuição e se introduzia um fator previdenciário desencorajando aposentadorias “precoces”, e se praticou uma política de juros elevados, com o objetivo de manter a entrada de capital estrangeiro direto e dar suporte à âncora cambial (GIAMBIAGI, 2011; SALLUM JUNIOR, 2000).

Na época presidente do Banco Central, Franco (1998) defendeu o papel jogado pelas empresas estrangeiras tanto no aumento da produtividade da indústria

norte-americano e agencias de financiamento multilateral, sobre as reformas econômicas que vinham ocorrendo na América Latina (BATISTA, 1992).

⁵ Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), Plano Collor I (1990) e Collor II (1991).

manufatureira – que crescia 1,4% entre 1986-1990 e saltava para 7,6% entre os anos de 1990 e 1995 – quanto na contribuição dessas às exportações. A responsabilidade pelos investimentos deveria ficar a cargo do setor privado, dada a sua eficiência e competitividade (superiores aos empreendimentos estatais) e pelo fato da diminuição da capacidade de investimento do Estado, tendo em vista os gastos sociais provenientes dos efeitos da nova Constituição. Ao diagnosticar como irresponsáveis os gastos governamentais executados no processo de substituição de importações, Franco (1998, p. 143) identifica a austeridade fiscal como o caminho para o desenvolvimento econômico e faz críticas ao ideário do “projeto/desenvolvimento nacional”:

A dinâmica básica do desenvolvimento brasileiro começa a prescindir das ações de governo, especialmente no que toca aos grandes programas e projetos de investimento, embora isso não seja o caso no tocante à configuração macroeconômica básica. O governo se torna coadjuvante e as burocracias e os políticos perdem o papel missionário que assumiram ao longo de décadas. O progresso e o crescimento se obtêm crescentemente na área privada [...]. O investimento ocorre porque o setor privado confia na sustentabilidade de um quadro macroeconômico básico. Não é mais consequência de “projeto nacional”, composto de mega-investimentos, urdindo em gabinetes.

O ponto colocado permite definir os primeiros contornos de uma política que se tornaria condição necessária ao desenvolvimento econômico: a estabilidade macroeconômica. A combinação que daria representação à estabilidade necessária para permitir o investimento privado e o bom funcionamento econômico ficou conhecida como “tripé macroeconômico”: meta de inflação, superávit primário e taxa de câmbio flutuante⁶.

O regime de meta de inflação, adotado em 1999, é uma política monetária em que o Banco Central tem por objetivo perseguir determinado nível de inflação, dentro de metas estabelecidas, a partir da manipulação da taxa de juros básica da economia. Segundo seus defensores, ao garantir aos agentes econômicos que o país está comprometido com o controle inflacionário, anunciando previamente a meta a ser perseguida, o regime geraria credibilidade e confiança aos credores e investidores potenciais (LOPREATO, 2006; MONTES; ALMEIDA, 2016; SICSÚ, 2002; SILVA, 2009).

⁶ A taxa de câmbio no Brasil não é totalmente, ou ainda de forma pura, flutuante. O Banco Central tem a prerrogativa de interferir em alguma situação considerada excepcional; vulgarmente, é denominada de flutuação suja (ROSSI, 2016).

A teoria que embasa a adoção do regime de metas de inflação, e se constitui base para boa parte das decisões econômicas denominadas como ortodoxas, se assenta na premissa da neutralidade da moeda (MOLLO, 2004). Em linhas gerais, conceber a moeda como parte neutra na política monetária significa afirmar que, no longo prazo, ela não afeta componentes reais da economia, tais como o produto ou os salários (FENDT, 2015; FURSTENAU, 1981). Ocorre que essa conclusão, por sua vez, somente é possível porque os que advogam por ela interpretam, na identidade econômica, $M.v = P.Y$, onde

M: quantidade de moeda

v: velocidade de circulação

P: nível de preços

Y: produto,

ou seja, que a velocidade de circulação e o produto da economia são variáveis constantes na equação, e, portanto, toda variação em M afetará necessariamente P. Desse ponto se origina, principalmente, a defesa de que todo aumento de quantidade de meios de pagamentos causará inflação. É por isso que, mesmo em diferentes contextos econômicos, a austeridade via corte de gastos é chamada à baila. A outra diretriz do tripé, a busca pelo superávit primário⁷, compõe parte integrante do objetivo de tornar a economia doméstica um ambiente seguro para os agentes econômicos. Ao se comprometer com a sustentabilidade da dívida pública no tempo, o governo demonstra aos agentes que está comprometido com pagar suas dívidas e, de modo responsável, não gastar mais do que arrecada (TEIXEIRA; PINTO, 2012). Como assinala Lopreato (2006, p. 8):

O resultado das contas públicas passou a ser visto como o indicador central usado na orientação dos investidores em suas decisões de investimentos, isto é, as mudanças na percepção da trajetória da situação fiscal servem de sinalização para os agentes reorientarem a composição das aplicações, gerando movimentos de capitais, com repercussões no prêmio de risco, bem como nas taxas de câmbio e de juros dos países vistos como de maior fragilidade. Essa visão reforçou a certeza dos que defendem a ampliação do ajuste fiscal como forma de sustentar às expectativas dos investidores, uma vez que alterações na forma de perceber a trajetória da política fiscal

⁷ Há superávit primário quando as receitas primárias do governo (receitas que não geram ônus) superam as despesas primárias (discricionárias e obrigatórias).

servem ao questionamento de outras variáveis e impulsionam o risco de crise financeira.

Em trabalho que buscou analisar a relação entre o cumprimento das metas de superávit e a confiança empresarial, Montes e Almeida (2016, p. 223) concluíram que a reputação fiscal “[...] promove um aumento do otimismo desses empresários em relação aos seus negócios e à economia”, o que, por sua vez, provocaria um estímulo à produção industrial⁸. O câmbio flutuante, por fim, adotado no mesmo ano do regime de metas, consistia em deixar o mercado interbancário definir a taxa de câmbio – ainda que, nos anos que se seguiram, a atuação do Banco Central em operações de compra/venda de divisas tenha sido mais a regra do que a exceção (NICÁCIO; ROSSI, 2020).

O primeiro governo Lula, para surpresa de uns e decepção de outros, basicamente seguiu a mesma política macroeconômica de Fernando Henrique (ANTUNES, 2005; FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007; NOVELLI, 2010; TEIXEIRA; PINTO, 2012). Tanto o Ministério da Fazenda quanto o Banco Central conduziram uma política monetária de altas taxas de juros e uma política fiscal ainda mais apertada, chegando o governo, em 2003, a acordar com o Fundo Monetário Internacional (FMI) uma meta de superávit primário de 4,25% do produto interno bruto (PIB) (NOVELLI, 2010). O afrouxamento da política fiscal ocorreu apenas no segundo mandato, quando o governo expandiu os investimentos públicos, juntamente com os programas de transferência de renda e acesso ao crédito (CARVALHO, 2018). Essa expansão, que também ocorreu em parte do primeiro mandato de Dilma, se tornaria alvo de críticas por aqueles economistas identificados com a defesa da austeridade e uma política fiscal mais restritiva; “gastança” foi o termo frequentemente usado para se referir ao aumento dos gastos públicos (AMORIM, 2012). “O Estado gasta demais, o cidadão paga a conta, e isso se transformou no grande nó que amarra o desenvolvimento do país” (RABELLO, 2014, p. 45).

O diagnóstico de que a desaceleração do crescimento econômico e o aumento do desemprego eram frutos do gasto irresponsável do governo e da maior presença do Estado na economia, tornou-se o carro-chefe para a defesa de

⁸ Não fica explícito, no entanto, se o otimismo empresarial representa uma condição suficiente na decisão de se aumentar a produção ou investir; se não que o otimismo influencia positivamente a chance da produção industrial aumentar.

reformas – nas mais diversas áreas – e do ajuste fiscal⁹ (ALMEIDA JUNIOR; LISBOA; PESSOA, 2015; PESSOA, 2018; GIAMBIAGI; SCHWARTSMAN, 2014). A partir da lógica de que o equilíbrio das contas públicas se converteria rapidamente em aumento da confiança do mercado e, por assim, retomada do investimento privado (CARVALHO; COSTA FILHO, 2019), ainda no segundo governo Dilma se empreendeu uma redução de 2,9% das despesas primárias e uma queda de 37% nos investimentos públicos (CARVALHO, 2018).

O que se ensaiava no entardecer do segundo mandato de Dilma se amplificou com a chegada de Michel Temer. Já no mesmo ano em que assumiu o mandato, o governo instituiu a Emenda Constitucional nº 95 (doravante, EC 95) (BRASIL, 2016) e, em 2017, promoveu uma reforma trabalhista, consolidada pela Lei nº 13.467 (BRASIL, 2017) – também preconizada como forma de modernizar as relações de trabalho e, assim, gerar mais empregos (AMORIM, 2012). A EC 95 limitou os gastos públicos – orçamentos relacionados a serviços públicos, educação, infraestrutura, seguridade social – por 20 anos ao impedir sua expansão além da inflação do ano anterior. A reforma trabalhista, por vez, modificou uma série de direitos e dinâmicas previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dentre as quais se pode citar: a regularização da jornada de trabalho para até doze horas; negociação do intervalo de descanso, desde que no mínimo se tenha trinta minutos; regularização do trabalho intermitente e outros¹⁰. O receituário de reformas seguiu no governo Bolsonaro com a aprovação da reforma da Previdência (Emenda Constitucional nº 103) (BRASIL, 2019) e com privatizações de empresas e ativos estatais. No mesmo sentido do argumento de reduzir os déficits públicos, a reforma previdenciária alterou as condições de acesso ao benefício, ampliando o tempo de contribuição, reduzindo o valor de pensões e instituindo um regime de capitalização (LOBATO; COSTA; RIZZOTTO, 2019).

⁹ Vale registrar que frequentemente os argumentos de como promover o desenvolvimento e o diagnóstico sobre como proceder em um momento de crise se confundem sob a ótica neoliberal.

¹⁰ Plano de cargos e salário: com a reforma, o empregado e o empregador ficam “livres” para negociar o plano de carreira, sem a necessidade de homologação, antes exigida, do Ministério do Trabalho; transporte: na nova regra, o tempo despendido com transporte até o local de trabalho não é mais contabilizado como jornada de trabalho; negociação: a nova regra diz que convenções e acordos (salários, jornadas de trabalho) entre o empregador e o empregado poderão prevalecer sobre a legislação; gravidez: a reforma permite que a gestante trabalhe em ambiente considerado insalubre desde que a empresa apresente um atestado de que tal tarefa não causará nenhum problema à mãe ou ao bebê. Antes, mulheres grávidas eram proibidas de trabalhar em ambientes insalubres (BRASIL, 2017).

O balanço final dos últimos oito anos leva à conclusão de que muitas das medidas propostas pelo campo neoliberal cumpriram-se. Desde a adoção de políticas de equilíbrio e estabilidade de preços, passando pelos ajustes fiscais e algumas privatizações, todas levaram o Estado a uma reorganização de sua função dentro da esfera econômica. Assim, podemos também concluir que, ao analisar a evolução histórica das características do pensamento neoliberal no Brasil, existem algumas características que se fazem presentes de modo frequente: I. defesa da austeridade; II. equilíbrio fiscal como prioridade; III. aversão à presença do Estado como agente econômico ativo; e IV. primazia do capital/agente econômico privado.

2.2. DESENVOLVIMENTISTA

Assim como no subcapítulo anterior, o objetivo deste é o de concatenar características que comporiam o desenvolvimento econômico, desta vez, de tipo desenvolvimentista. Antes de passar à sua definição, no entanto, é necessário compreender o contexto em que os trabalhos, posicionamentos, diagnósticos e planos de ação enquadrados como desenvolvimentistas se desenrolaram. Esse período data da segunda década do século XX, com os limites de reprodução do modelo agroexportador de boa parte dos países latino-americanos, passando pelo pós-Segunda Guerra Mundial, até a descolonização dos países africanos e asiáticos (SUNKEL; PAZ, 1974; COOPER, 2016).

Nesse tempo, diversas elaborações surgiram com o objetivo de delinear o processo pelo qual os países fora do eixo Norte teriam que passar para obter e usufruir dos mesmos ganhos dos países que já haviam passado pelas transformações econômicas e sociais que a implantação da indústria e a urbanização haviam logrado (AGARWALA; SINGH, 2010). A perspectiva da modernização serviu de carro chefe para esse propósito. Ela pressupunha que, a partir de determinados passos, os aspectos tradicionais das sociedades poderiam ser transformados e suplantados por aspectos modernos, já presentes nas sociedades consideradas avançadas. Nas palavras de Cooper (2016, p. 163-164):

A teoria da modernização, em particular nas suas variantes americanas, propôs uma dicotomia muito vincada entre “tradição” e “modernidade” e distinguiu-se de outras teorias pela forma como discutiu o processo de modernização em função do fim que procurava alcançar. A modernização implicava um pacote, um conjunto de mudanças covariantes, de economias

de subsistência para economias de mercado, de uma cultura política de sujeição para uma cultura política de participação, de concepções de estatuto prescritivo para concepções de estatuto baseado no desempenho, de unidades de parentesco alargadas para unidades de parentesco nucleares, de uma ideologia do sagrado pra uma ideologia do secular. Para alguns dos seus principais defensores, esta concepção de mudança era uma alternativa explícita à visão comunista do progresso.

A interpretação de que, a partir da mudança em uma esfera da vida social, se produziria quase que automaticamente alterações em outras, explicitava a forma de compreender o processo de modernização em etapas e de maneira sequencial. Em Rostow (1974) se verifica bem esse ponto de vista. O economista e cientista político que mais tarde viria a se tornar conselheiro de Segurança Nacional de Lyndon Johnson, argumentava que era “[...] possível enquadrar todas as sociedades, em suas dimensões econômicas, dentro de uma das cinco categorias: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa” (ROSTOW, 1974, p. 16). Descreveu, assim, cada uma das etapas e o que deveria ser feito para se saltar de uma à outra¹¹.

Cooper (2016), por sua vez, com o objetivo de traçar uma genealogia do surgimento das teorias da modernização, identificou que o ponto de germinação dessas teorias havia se dado dentro das administrações coloniais de potências europeias, antes mesmo de ser sistematizada por teóricos das ciências sociais. O incipiente processo de instalação de algumas indústrias e de urbanização nas colônias africanas havia sido proposto como principal eixo de transformação – e, em última instância, modo de vida – das sociedades ditas primitivas ou atrasadas em civilizadas e modernas¹².

¹¹ Cabe a citação de um trecho em que Rostow (1974, p. 33) disserta sobre a natureza da transição das “condições para o Arranco” para casos mais gerais: “A renda acima dos níveis mínimos de consumo grandemente concentrada nas mãos dos que detêm a posse de terras, há de passar às mãos dos que gastarão em estradas de rodagem e de ferro, escolas e fábricas, ao invés de em casa de campo e empregados, adereços pessoais e templos. Os homens devem passar a ser estimados na sociedade não em função de clã ou classe, ou mesmo de sua guilda, mas pela capacidade individual para desempenhar certas funções específicas, cada vez mais especializadas”.

¹² Como pontua em um capítulo sobre a formação de uma classe trabalhadora no interior das colônias africanas: “Tanto autoridades britânicas como francesas pensavam que a solução para o problema social residia no conhecimento europeu acerca da forma de gerir a classe trabalhadora. *Começaram então por identificar um grupo homogêneo de homens que iria beneficiar de melhores condições e recursos de habitação urbana, além de salários mais elevados, que iria nutrir um interesse por uma área profissional e que deslocaria as famílias para a cidade. Esperava-se que várias gerações destas populações se socializassem, aculturando-se à vida urbana e ao trabalho industrial.* As autoridades previam que os sindicatos ajudassem os trabalhadores a identificar categorias claras de reivindicações a que os empregadores podiam responder e que criassem instituições para o enraizamento social dos trabalhadores na cidade” (COOPER, 2016, p. 149, grifo meu).

Dentro dessa perspectiva, fica explícito o caráter positivista subjacente à teoria da modernização; bem como o ficará nas interpretações que embasam e dão justificativa ao projeto desenvolvimentista (IVO, 2012; COSTA, 2012). Com base no trabalho de Moore Junior (1983), o processo de transformação econômica e social experienciado pela sociedade brasileira entre os anos de 1965 e 1985 ainda seria interpretado sob o conceito de “modernização conservadora” (PIRES; RAMOS, 2009). Os autores utilizaram o conceito para expressar como, no Brasil, as mudanças das atividades agropecuárias aconteceram sem uma real modificação na estrutura fundiária. Isso porque a recente burguesia não havia logrado força suficiente para romper com a classe fundiária, criando a necessidade de pacto político entre as duas classes, “[...] em cujo centro de decisão política do Estado, os interesses da classe dos proprietários rurais se mantivessem enraizados” (PIRES; RAMOS, 2009, p. 414).

Apesar de o conceito de modernização não ter necessariamente o mesmo significado em Moore Junior (1983) e em Rostow (1974), por exemplo, o uso pela literatura especializada demarcava a relevância de um termo algumas vezes polissêmico (TIPPS, 1973). A falta de precisão em definir em que consistia a modernização (se dizia respeito a um processo, um resultado, uma característica específica, ou ao espaço de tempo em que se manifestava; ou, por vezes, sinônimo de desenvolvimento ou crescimento) e sua natureza receituária, advinda, em boa parte, da experiência de países já industrializados, levaram – se não ao abandono da industrialização como via para se obter uma melhora nos padrões de vida – a contestações críticas e a trabalhos dedicados a compreender a especificidade da dinâmica capitalista, seja latino-americana (CARDOSO; FALETTO, 2000; FURTADO, 2016 [1961]; PREBISCH, 2000 [1949]; FRANK, 1966; MARINI, 1973; BAMBIRRA, 2012 [1972]; OLIVEIRA, 2011 [2003]), seja de outros países do chamado Terceiro Mundo (AKE, 1996; RODNEY, 1982 [1972]; AMIN, 1972).

Uma teoria do desenvolvimento como campo específico da ciência econômica surgiu no contexto pós-Segunda Guerra Mundial e se consolidou nos centros internacionais de debate nos anos seguintes (SUNKEL; PAZ, 1974; AGARWALA; SINGH, 2010 [1958]). A preocupação com a construção de uma nova ordem mundial capaz de garantir e estender os benefícios da segurança de vida material e econômica, presente em maior medida nos países europeus, ganha representação na criação de diversos organismos internacionais, encabeçados pelas Nações

Unidas – dentre os quais, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) em 1948, espaço que seria o epicentro dos debates sobre os problemas econômicos e também sociais na região e que influenciaria uma geração de economistas e cientistas sociais (FURTADO, 2016; CARDOSO; BRIGNOLI, 1983). É a partir da CEPAL que se constitui a escola de interpretação chamada de estruturalista (COSTA, 2012).

A denominação “estruturalista” – componente chave para o desenvolvimento de tipo desenvolvimentista – trazia no seu interior a negação da interpretação dominante, na época, de que os problemas das economias latino-americanas poderiam ser resolvidos a partir do simples funcionamento dos mecanismos de mercado. Nesse sentido, se opunha ao universalismo da teoria ortodoxa de que, para os mais diferentes contextos, a aplicação de um mesmo receituário conduziria, mantendo todas as demais variáveis constantes, à um mesmo resultado. Como resume Costa (2012, p. 10): “O trabalho desses economistas aproxima-se também do daqueles outros preocupados em dinamizar os modelos econômicos, contrapondo-se à construção de modelos ‘estáticos’ de caráter a-histórico”.

Um dos expoentes desse pensamento foi Raul Prebisch. O economista argentino foi secretário executivo da CEPAL desde sua fundação até o início dos anos 1960, sendo responsável, juntamente com Hans Singer – economista alemão – por desenvolver uma interpretação que ficaria conhecida como a tese de deterioração dos termos de troca (BIELSCHOWSKY, 1988; CARDOSO, 2018). A tese partia, num primeiro momento, de uma contestação da teoria das vantagens comparativas formulada por Ricardo (1996) e, num segundo, apontava para o prejuízo dos países periféricos no comércio internacional em relação aos ganhos obtidos pelos países localizados no centro.

A teoria das vantagens comparativas afirmava que os países deveriam se especializar, comparativamente aos outros, nas atividades produtivas de menor custo de produção. Nas palavras de Prebisch (2000, p. 71-72):

Segundo essa premissa, o fruto do progresso técnico tende a se distribuir de maneira equitativa por toda a coletividade, seja através da queda dos preços, seja através do aumento correspondente da renda. Mediante o intercâmbio internacional, os países de produção primária conseguem sua parte desse fruto. Sendo assim, não precisam industrializar-se. Ao contrário, sua menor eficiência os faria perderem irremediavelmente os benefícios clássicos do intercâmbio.

O que Prebisch observou, ao contrário, foi que, na periferia do sistema capitalista, o aumento da produtividade no setor agroexportador conduzia a uma redução do preço no produto final, beneficiando o consumidor externo; por outro lado, no centro, o aumento da produtividade no setor de manufaturados estava conduzindo a um aumento de renda do produtor, e não à disseminação dos benefícios/ganhos de produtividade ao sistema econômico no geral (BIELSCHOWSKY, 1988). Assim, quando havia troca entre o centro e a periferia, a elevação de produtividade do segundo era transferida ao primeiro. A partir desse diagnóstico, também presente em textos da CEPAL (CARNEIRO, 2012), a industrialização dos países latino-americanos se torna uma peça chave para a superação dessa condição. “Ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas” (PREBISCH, 2000, p. 72).

O conceito de “centro-periferia” presente nas elaborações dessa escola de pensamento buscava descrever como a divisão internacional do trabalho havia provocado diferentes efeitos em economias das duas regiões ao conectá-las num mesmo sistema de trocas (BIELSCHOWSKY, 1988). Se valendo desse entendimento, Furtado (2016, p. 161, grifo meu) compreende a condição da América Latina enquanto uma região subdesenvolvida:

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre as estruturas arcaicas variou de região para região, ao sabor de circunstâncias locais do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente. Esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo. *O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.*

A partir do entendimento do subdesenvolvimento enquanto um processo histórico e não como uma etapa, se torna possível identificar uma série de especificidades das economias latino-americanas, nas quais o Brasil se inclui, que se opõem aos prognósticos da teoria das vantagens comparativas e do pleno funcionamento dos mecanismos de mercado. A baixa produtividade média per capita, a escassez do fator capital e um grande excedente de mão de obra

constituíram a chamada heterogeneidade estrutural desse tipo de economia (FURTADO, 2016). Além dessas características, a interpretação estruturalista ainda elencaria as tendências ao desemprego, desequilíbrio externo e à inflação como processos típicos de economias subdesenvolvidas durante o processo de industrialização (BIELSCHOWSKY, 1988; FURTADO, 2016). Como as condições de oferta de trabalho e de disponibilidade de capital na periferia eram distintas das do centro, quando a implantação de técnicas intensivas de capital era realizada nos mesmos moldes de aplicação do centro – se produzindo um emprego ineficiente dos fatores –, o processo não era capaz de absorver a mão de obra excedente (BIELSCHOWSKY, 1988).

Por sua vez, a tendência ao desequilíbrio externo, segundo Furtado (2016), ocorreria devido à elasticidade-renda da demanda de produtos primários ser menor do que a de produtos manufaturados. Isso significava um estrangimento da capacidade de importação dos países subdesenvolvidos, uma vez que a renda advinda da exportação nunca era suficiente para manter o nível de importação de bens manufaturados; além disso, essa tendência era reforçada pelo próprio processo de industrialização: a expansão de um setor desenvolvido dentro da economia gerava pressões sobre a demanda por outros insumos intermediários de origem industrial, resultando em elevação do coeficiente de importação (FURTADO, 2016). O terceiro dessa série de diagnósticos se opunha à interpretação monetarista da causa básica da inflação. “A contínua redução na capacidade de importação *per capita* causa, segundo a tese estruturalista, persistente desvalorização na taxa de câmbio, elevando custos e preços internos” (BIELSCHOWSKY, 1988, p. 26). Dessa forma, a maneira mais assertiva de se evitar a inflação seria a de atacar os problemas estruturais que a provocavam, sobretudo o desequilíbrio no balanço de pagamentos.

Mesmo que a implantação da indústria via substituição de importações causasse, na própria dinâmica, desequilíbrios, no longo prazo ela representava a possibilidade de se aumentar a renda per capita média da população e oferecer padrões de vida mais próximos ao observado nos países já industrializados. Ao Estado caberia o papel de agente chave no planejamento e programação da industrialização, operando investimentos em infraestrutura e orientando o capital nacional e estrangeiro nas suas inversões (IVO, 2012; COSTA, 2012). Na década de 1940, um dos principais defensores do planejamento industrial foi Roberto

Simonsen. Engenheiro civil de formação, Simonsen foi vice-presidente da primeira diretoria do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) em 1928, chegando à presidência da Confederação Industrial do Brasil (CIB) em 1935, até assumir o comando da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) no ano de 1937 (CPDOC, 2001).

Os textos de Simonsen (2010 [1945]) retratam sua defesa do planejamento econômico organizado pelo Estado e sua preocupação em assegurar que a intervenção estatal era perfeitamente compatível com um regime de democracia¹³. Como assinalou,

O planejamento representa uma coordenação de esforços para um determinado fim. Se a renda nacional é baixíssima, se os níveis de vida, em grandes zonas, são miseráveis, se possuímos recursos naturais de monta e extensos espaços de terra não aproveitados, se a técnica e a ciência modernas oferecem os instrumentos essenciais para, dentro de um planejamento racional, corrigir esse estado de atraso, por que não adotá-lo? É um erro supor que o conceito de planejamento se prenda, obrigatoriamente, a escolas políticas ou econômicas antidemocráticas. O Estado liberal vem planejando, de há muito e progressivamente. Se a expressão é nova, a realidade é velha. O planejamento apresenta-se, hoje, como técnica de maior vulto, porque os problemas se tornaram muito complexos e enormes têm sido os progressos verificados nas ciências econômicas, sociais e na tecnologia em geral. (SIMONSEN, 2010, p. 134).

O entendimento de que, pelo simples funcionamento da iniciativa privada, poder-se-ia obter a elevação da renda nacional e alcançar um padrão de vida superior não era compartilhado por Simonsen. Entretanto, longe de relegar ao mercado um papel secundário na economia, Simonsen (2010, p. 135) compreendia uma complementariedade entre a ação do Estado e uma melhora na eficiência do mercado:

O planejamento econômico é uma técnica e não uma forma de governo. Não exclui os empreendimentos particulares. Pelo contrário. Cria um ambiente de segurança de tal ordem que facilita o melhor e mais eficiente aproveitamento da iniciativa privada, que está intimamente ligada ao conceito da propriedade. [...]. O planejamento econômico, sendo uma grande arma contra a instabilidade econômica, concorre para assegurar a sobrevivência das instituições políticas, das médias e pequenas empresas, propicia maiores facilidades para o controle e combate aos trustes e proporciona a melhor utilização da propriedade privada em benefício da coletividade.

¹³ Essa preocupação se dá em um contexto em que a intervenção do Estado na economia era interpretada pelos opositores como uma tentativa de se implantar um regime socialista, ou ainda marchar rumo a uma sociedade “totalitária”. Ver, por exemplo, Gudin (2010b [1977]) e Hayek (2010 [1944]).

Entre 1944 e 1945, Roberto Simonsen e Eugênio Gudim protagonizaram *rounds*, para usar a expressão de Velloso (2010), de textos e respostas, cada um defendendo seu ponto de vista acerca do planejamento econômico na economia brasileira. Embora não se possa definir um vencedor no embate, os anos que se seguiram ficaram marcados, com algumas exceções, por planos cuja centralidade da ação econômica estava no Estado – como foram os casos do Plano de Metas ou os planos de desenvolvimento elaborados pelo regime militar. É necessário lembrar que, pouco antes, os governos Vargas já haviam arquitetado o ambiente institucional de atuação mais ativa do Estado através de agências planejadoras (BIELSCHOWSKY, 1988). Em 1934, havia sido criado o Conselho Federal do Comércio Exterior, em 1938 o Departamento Administrativo do Serviço Público e o Conselho Nacional do Petróleo, e, em sua segunda passagem, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em 1952.

O Plano de Metas (1959), por sua vez, tinha por objetivo atacar a demanda reprimida por bens de consumo duráveis e, para isso, promover um amplo investimento estatal no setor energético, de transportes, alimentação e indústria de base (VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO JUNIOR, 1999). Através da definição de 30 metas, o documento expressava a vontade de se alcançar uma série de avanços através do planejamento e orientação estatal num curto espaço de tempo, contando, para isso, com fontes de financiamento majoritariamente via recursos públicos: cerca de 40% de recursos federais, 10% estaduais e 15% de entidades públicas; os recursos de investimento privado correspondiam à aproximadamente 35% do total (BRASIL, 1959). No mesmo ano, o governo Juscelino Kubitschek promulgou a Lei do Similar Nacional, que instituiu uma taxaço sobre bens de consumo importados com similares nacionais.

A política protecionista foi um traço pertinente no processo de industrialização brasileiro. Entre o governo Vargas e os anos de regime militar, se empreendeu uma série de medidas voltadas à proteção da indústria nascente frente à concorrência externa (MAGALHÃES, 2003). A Instrução nº 70 da SUMOC, de 1953, por exemplo, criava categorias de essencialidade para produtos importados, de modo que, por meio de taxas múltiplas de câmbio, bens considerados não essenciais ou com concorrentes de produção nacional tinham seu custo elevado pela taxaço (VIANNA; VILELLA, 2011). O Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED),

lançado em julho de 1967, oferecia uma série de incentivos fiscais e subsídios a produtos industrializados envolvidos em operações de exportação e permitiu o aumento da participação de manufaturados na pauta, que no início dos anos 1960 era de apenas 2% e em 1970 saltou para 11% (REZENDE *apud* SILVEIRA; RATHMANN, 2007).

Os investimentos executados a partir do PED, juntamente com o Plano de Desenvolvimento Nacional I (1971) e II (1974), seriam os responsáveis por elevar o crescimento médio do PIB, no período entre 1968 e 1973, para cerca de 11% ao ano (HERMANN, 2011). “Milagre econômico” foi a denominação dada a esses anos. No final dos anos 1970, todavia, o modelo de crescimento econômico engendrado pelos militares começava a dar sinais de esgotamento. Em parte, isso foi resultado de fatores externos, como os dois choques do petróleo ocorridos na década, que provocaram uma disparada do juro, e internos – em decorrência de os investimentos terem sido financiados majoritariamente por títulos do governo vendidos no mercado financeiro, o modelo acarretou um processo inflacionário que, em 1979, chegou a 77% ao ano, e uma dívida externa que saltou de cerca de US\$ 17 bilhões em 1974 para quase US\$ 50 bilhões em 1979 (VASCONCELLOS; GREMAUD; TONETO JUNIOR, 1999). Como também foi analisado por Tavares e Serra (2000 [1971]), o plano de “fazer o bolo crescer para depois dividir”, longe de ter ocorrido, promoveu uma concentração de renda que operou como o próprio motor de reprodução do modelo de crescimento.

Aqui é necessária uma ressalva antes de prosseguirmos. Os teóricos enquadrados como desenvolvimentistas nunca afirmaram ou defenderam que a transformação da estrutura produtiva da economia provocaria um processo de concentração de renda e/ou de repressão policial, ou ainda que seria tolerante com o aumento da inflação e o endividamento do Estado. Nesse sentido, a divisão proposta por Bielschowsky e Mussi (2005) entre desenvolvimentistas governistas (como Mario Henrique Simonsen) e desenvolvimentistas críticos do regime (como Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares) é funcional para compreender a diferença entre as proposições teóricas e as ações propriamente ditas. Segundo os autores, a única característica que ligava os grupos era a necessidade da industrialização. O modo como ela seria levada a cabo e a preocupação com as consequências que poderia causar eram questões distintas.

A partir desses elementos, alguns autores se empenharam em concatenar tanto as elaborações teóricas quanto às experiências práticas vividas no Brasil entre a década de 1950 e final da de 1980, com o objetivo de definir um núcleo duro do que constituiria o desenvolvimentismo (CARNEIRO, 2012; ERBER, 2011; FONSECA, 2016). Fonseca (2016, p. 119) define o desenvolvimentismo como

[...] a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.

Ivo (2012) irá caracterizar o desenvolvimentismo enquanto uma política que pressupunha um papel deliberado e planejado do Estado no longo prazo, com o objetivo de se promover a industrialização. Bielschoswky (1988) classifica o desenvolvimentismo como a ideologia¹⁴ econômica que ofereceu as bases de sustentação para o projeto de industrialização como forma de superar a condição de subdesenvolvimento brasileiro. Para cumprir o objetivo do trabalho, desenvolvimentismo será definido como uma série de políticas econômicas que – partindo da constatação que, pelo puro funcionamento dos mecanismos de mercado, os países da periferia não podem obter os mesmos ganhos de elevação do padrão de vida observados nos países do centro – são direcionadas a promover a industrialização, sempre com base na organização e planejamento do Estado, o principal agente indutor do processo de industrialização. Compõem as características do tipo desenvolvimentista: I. substituição de importações como caminho para se industrializar; II. Estado enquanto agente econômico ativo; e III. políticas de proteção à indústria nascente.

2.3. NOVO-DESENVOLVIMENTISTA

O tipo novo-desenvolvimentista é interpretado por alguns autores como uma corrente contemporânea que atualiza o pensamento desenvolvimentista ao mesmo

¹⁴ Ideologia, como mobilizado pelo autor, tem o significado de um conjunto de ideias e valores, próximo ao sentido empregado por Mannheim (1972). Para uma discussão mais profunda sobre ideologia, ver Zizek (1996), Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) e Eagleton (1997). Para uma discussão crítica sobre desenvolvimentismo enquanto ideologia, ver Prado (2015).

tempo em que demarca seus pontos de divergência e avança nos novos dilemas da economia no século XXI. Bastos (2012) identifica que um primeiro grupo de economistas novo-desenvolvimentistas saiu do seio do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) nos anos 1990 (CARNEIRO, 2012). Embora mantendo relação com bandeiras de longa data do partido – como a valorização do setor privado, reformas do Estado e privatizações –, durante o governo Fernando Henrique, o grupo se posicionou de maneira crítica à gestão macroeconômica praticada, sobretudo em relação à política cambial e à velocidade de abertura comercial operada. Nesse período, José Serra e Luiz Bresser-Pereira¹⁵, considerados a ala desenvolvimentista do partido, se oporiam ao monetarismo de Pedro Malan e Gustavo Franco (BASTOS, 2012).

Oreiro e Marconi (2016) apontam que o marco de consolidação da corrente novo-desenvolvimentista ocorreu a partir do Consenso de São Paulo – em alusão à expressão proposta por Boyer (2009) no prefácio do livro *Globalização e competição*, de Bresser-Pereira (2009). O assim chamado Consenso de São Paulo propunha pontos de rompimento com as proposições do Consenso de Washington em duas frentes: papel da poupança nacional no processo de desenvolvimento e importância de câmbio competitivo favorável ao crescimento nacional. Junto a esses aspectos, ainda defendia a necessidade de um Estado autônomo na política econômica e, para isso, a necessidade de uma política fiscal e orçamentária rigorosa. Todas essas interpretações sobre qual caminho seguir foram sendo desenvolvidas ao longo dos anos 2000 e ganhando corpo a partir de alguns trabalhos de Bresser-Pereira junto de outros economistas (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010; BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2002; BRESSER-PEREIRA; THEUR, 2012).

Em linhas gerais, a corrente parte do diagnóstico de que, a partir dos anos 1990, se iniciou no Brasil um processo de desindustrialização danoso ao crescimento econômico do país (FEIJÓ; ARAÚJO; BRESSER-PEREIRA, 2022). A causa do processo é atribuída a algumas razões, dentre as quais se destacam: 1. câmbio apreciado, que gerou uma perda de competitividade do setor manufatureiro de exportação; 2. políticas de protecionismo empreendidas no período

¹⁵ Bastos (2012) identifica bem a mudança de posição nos textos de Bresser-Pereira entre os anos 1990 e a primeira década dos anos 2000, migrando de um polo mais alinhado à política econômica do governo Fernando Henrique para um mais crítico.

desenvolvimentista que, segundo Sicsú, Paula e Michel (2007), desestimularam o processo de aprendizagem das empresas nacionais; e 3. a abertura comercial e financeira do governo Collor e Fernando Henrique, que ocorreu de forma acelerada, sem dar chances de a indústria nacional se adaptar à nova realidade.

A crítica às medidas de proteção direcionadas à indústria nacional é recorrente na exposição novo-desenvolvimentista. Bresser-Pereira (2006) defende a posição de que, a partir dos anos 1960, o Brasil já deveria ter iniciado a redução do protecionismo e se orientado para um modelo exportador; essa diminuição somente ocorreu quando a crise dos anos 1980 “[...] os obrigou a fazê-lo, muitas vezes de forma apressada e mal planejada. Esse atraso de 20 anos foi uma das maiores distorções que o desenvolvimentismo da década de 1950 sofreu” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 14). Isso não significa, no entanto, a ausência de uma política industrial no programa novo-desenvolvimentista, mas, sim, que essa deveria ser direcionada às empresas com capacidade de competição no mercado externo. Segundo essa interpretação, não caberia mais se retomar um modelo de substituição de importações, mas, sim, oferecer para a indústria competitividade e dinamismo (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2002).

Do mesmo modo que essa corrente tenta se afastar dos erros cometidos pelo desenvolvimentismo clássico, conforme a corrente argumenta, também direciona sua crítica ao modelo neoliberal. A rejeição da “tese neoliberal de que o ‘Estado não tem mais recursos’” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 16) e da necessidade de poupança externa para crescer faz parte do afastamento do novo-desenvolvimentismo da ortodoxia neoliberal. Novamente, nas palavras de Bresser-Pereira (2006, p. 20):

[...] a estratégia de crescimento com poupança externa é o substituto ideológico da lei das vantagens comparativas no processo de neutralização do desenvolvimento dos países de desenvolvimento médio. O que a história ensina é que os países se desenvolvem quase que exclusivamente com recursos internos

Apesar das críticas, também há a incorporação de características de ambos os modelos de desenvolvimento pelos novo-desenvolvimentistas. Do desenvolvimentismo, herdamos a interpretação de que o simples funcionamento dos mecanismos de mercado não pode, por si só, levar à transformação estrutural na economia e à necessidade de uma estratégia nacional de desenvolvimento como

forma de viabilizar o desenvolvimento econômico (SILVEIRA; ANGELI; SALOMÃO, 2021). Essa posição pode ser observada quando Bresser-Pereira (2006) coloca a questão da competição entre Estados-nações como motor de solidariedade entre as diferentes classes sociais¹⁶ ou quando Oreiro e Marconi (2016, p. 174, grifo meu) afirmam que o programa novo-desenvolvimentista não pode ser implementado no prazo de um mandato presidencial, sendo necessário que se constitua enquanto uma política de Estado: “[...] será necessária uma *nova coalização de classes* em torno de um projeto de desenvolvimento nacional e independente”.

Da corrente neoliberal, a disciplina fiscal e a busca por superávits são um ponto em comum. Essa política fiscal é entendida como forma de diminuir a vulnerabilidade externa do país com relação à dívida e ao mesmo tempo dar sustentação à política de desvalorização da taxa de câmbio. Essa política constitui um dos eixos centrais do programa novo-desenvolvimentista e retornaremos a ela mais adiante. Não é por acaso que essa “moderação” entre o desenvolvimentismo e o neoliberalismo, lembrando facilmente a assim chamada terceira via, levou Bresser-Pereira (2006, p. 12) a caracterizar o novo-desenvolvimentismo como um “terceiro discurso”.

Colocadas as diferenças e semelhanças, podemos avançar às questões de que o novo-desenvolvimentismo se ocupa. Como comentado no início deste subcapítulo, o ponto de partida dessa corrente é o entendimento de que, no Brasil, assim como em outros países que passaram pelo processo de industrialização na segunda metade do século XX, há uma tendência de valorização da taxa de câmbio, derivada de problemas da chamada doença holandesa e do diferencial de juros entre países – que incentivam a entrada de capital de curto prazo/especulativo (MARCONI; ROCHA, 2012; OREIRO; FEIJÓ, 2010; OREIRO; MARCONI, 2016). Segundo Silveira, Angeli e Salomão (2021), a doença holandesa é uma falha de mercado caracterizada por uma sobrevalorização da taxa de câmbio, fruto da descoberta de recursos naturais, abundantes e, conjuntamente, em alta no mercado internacional. O problema é que, nesses casos, a taxa de câmbio sobrevalorizada passa a prejudicar a competitividade de produtos manufaturados no

¹⁶ “É menos do que um projeto ou um plano nacional de desenvolvimento, porque não é formalizada; não tem documento com definição precisa de objetivos e de políticas a serem adotadas para alcançá-los, porque o acordo entre as classes sociais que lhe é inerente não tem nem texto nem assinaturas. É mais porque envolve informalmente toda ou grande parte da sociedade” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 13).

mercado externo, ao mesmo tempo causando um desincentivo ao investimento industrial e uma queda na participação da indústria no PIB e no emprego.

Assim, o processo de desindustrialização ocorre de forma precoce, sem que o país tenha atingido uma renda per capita, ou ponto de maturidade (OREIRO; FEIJÓ, 2010), próxima a de quando países já considerados desenvolvidos passaram pela redução da participação da indústria no seu produto. De fato, o trabalho de Marconi e Rocha (2012) oferece evidência de que a queda da participação da indústria no PIB ocorreu em níveis de PIB per capita mais elevado em países europeus e asiáticos, ao contrário do observado nos países latino-americanos. A desindustrialização no Brasil veio acompanhada de uma reprimarização da pauta exportadora, tornando o país mais dependente dos ciclos de alta das *commodities* e menos capaz de, com os próprios meios, promover um crescimento econômico sustentado, já que, segundo os que compartilham o ponto de vista da importância da indústria, ela representaria o setor em que mais se incorpora tecnologia e é nela que são gerados encadeamentos para trás e para frente na cadeia produtiva (CARDOSO, 2018).

Isso posto, o eixo central, ainda que sem grandes pretensões de reverter o processo de desindustrialização, para resgatar a importância do setor industrial, busca a depreciação da taxa de câmbio, ou uma taxa de equilíbrio industrial, “[...] definida como o patamar cambial em que as empresas nacionais que operam na fronteira tecnológica tornam-se competitivas no mercado internacional” (SILVEIRA; ANGELI; SALOMÃO, 2021, p. 292). O foco da política industrial deveria se basear, segundo o programa, no aumento da exportação de manufaturados, puxando o crescimento econômico a partir de produtos de maior valor agregado. Para empreender a desvalorização cambial, seria necessária uma redução do diferencial da taxa de juros do país em comparação com as taxas internacionais (com o propósito de reduzir a entrada de capitais de curto prazo que valorizam artificialmente o câmbio) e um aumento de compras de reservas cambiais por parte do governo, “[...] usando um ‘fundo de estabilização cambial’ financiado pelo aumento do superávit fiscal nominal (excluindo investimentos) do setor público” (BASTOS, 2012, p. 792).

Nesse desenho, a política fiscal mais apertada, buscando superávits primários e uma redução nos gastos correntes do governo, opera um papel central: além de possibilitar a constituição do fundo de estabilização, ela tem a função de reduzir o

impacto inflacionário causado pela desvalorização do real, na medida em que gera um desaquecimento econômico (BASTOS, 2012). Como colocam Bresser-Pereira e Nakano (2002, p. 546), o equilíbrio fiscal via controle de gastos se torna imprescindível para se obter uma taxa de câmbio mais competitiva:

A diminuição das despesas de custeio deverá ser alcançada pelo aprofundamento das mudanças no modelo de gestão pública, pela eliminação do pessoal excessivo ainda existente, pela implantação de sistemas integrados de controle eletrônico (governo eletrônico), que tem permitido reduzir os custos na prestação de serviços em até 90%, e por um segundo esforço no sentido de completar as reformas na área previdenciária. Faz parte da reforma gerencial da administração pública em curso a implementação de novas relações de trabalho mais flexíveis, integrando os mercados público e privado de trabalho, que a reforma constitucional a área já permite.”

A política fiscal ainda cumpre o papel de tornar o Estado menos vulnerável a credores internos ou externos, ao permitir, no médio e longo prazo, uma redução da relação dívida/PIB. Essa posição está de acordo com Sicsú, Paula e Michel (2007), que afirmam a importância da constituição de um Estado forte, capaz de deliberar ora por políticas econômicas defensivas, ora por expansivas, e com autonomia para implementar políticas industriais e de comércio exterior.

Em suma, o tipo novo-desenvolvimentista assume que a ação do Estado deve ser orientada à criação de incentivos e condições para que a responsabilidade sobre os investimentos seja tomada também pelo setor privado (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2002). Assim, o Estado desempenha um papel necessário, mas complementar, no processo de desenvolvimento econômico.

Para o plano macroeconômico, a justificativa novo-desenvolvimentista para a atuação do Estado diz respeito à incapacidade de o mercado manter os cinco principais preços macroeconômicos em seus respectivos estados de equilíbrio, a saber: as taxas de lucro, de juros, de câmbio, de salários, e de inflação. (SILVEIRA; ANGELI; SALOMÃO, 2021, p. 288)

3 METODOLOGIA

O método utilizado para se alcançar o objetivo deste trabalho é o da análise de conteúdo (BARDIN, 1988) e, em complementação, o da análise comparativa qualitativa (ACQ) (RAGIN, 2008; BATARELLI JUNIOR; FERREIRA, 2018). Bardin (1988, p. 31) define a análise de conteúdo como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” que tem como objetivo, através de procedimentos sistemáticos e objetivos, inferir sobre outro conteúdo que não o expresso na mensagem (latente). Essa inferência se dá por meio da construção de indicadores, quantitativos ou qualitativos, que possibilitam o tratamento e a classificação de documentos ou comunicações reduzidas em forma de texto. A abordagem qualitativa dentro da análise de conteúdo foi a escolhida para este trabalho, já que o objetivo não é mensurar, a partir do número de observações, as vezes em que determinada variável se faz presente ou ausente.

Bardin (1988) divide em três partes o processo de organização da codificação: I. definição das unidades de registro e de contexto; II. definição das regras de enumeração; e III. categorização. A definição da unidade de registro por parte do pesquisador pode ocorrer pela utilização de palavras, frases, parágrafos ou numeração; é o ponto de partida da análise. Para fins deste trabalho, a unidade escolhida para se registrar as informações foi a frase. Essa escolha se deu por duas razões: (a) o simples registro da presença ou ausência de uma palavra dificilmente revelaria algo da posição dos ministros, levando em consideração que muitas das variáveis, isoladamente, pouco dizem sobre sua posição e, portanto, (b) a utilização da frase permite abarcar o contexto e opinião que cercam a variável.

A definição das regras de enumeração, por sua vez, parte da presença ou ausência das palavras/frases no texto analisado, e, paralelamente a essa identificação, tais regras podem ser feitas pela frequência da unidade de registro, pela intensidade (forte, média, fraca etc.), pela direção (positiva, neutra, negativa etc.), pela ordem de aparição ou por co-ocorrência. O caminho que foi escolhido para prosseguir neste trabalho foi o de definir, além da “presença” e “ausência”, uma gradação de três pontos dentro da “presença”: favorável (+1), neutro (0) e contrário (-1), totalizando quatro opções de enumeração com a “ausência” (-).

Dessa forma, a soma dessa pontuação permitirá que, no final da análise, se faça uma distinção de intensidade sobre como cada caso está mais ou menos

inserido nos tipos previamente definidos. A categorização – terceira etapa – consiste na classificação dos elementos que compõem um determinado conjunto, sendo, via de regra, realizada com base nas características em comum que possuem entre si. Como assinala Bardin (1988, p. 127, grifos da autora):

Num index, a classificação das palavras faz-se ao nível de *conceitos chave* ou *títulos conceptuais*. Cada um dos conceitos chave reúne um certo número de unidades de significação (palavras, fórmulas, frases) e representa uma variável da teoria do analista. Os conceitos chave são, portanto, intermediários entre a teoria (construída) e os dados verbais (brutos).

Essa categorização pode ser arrolada de duas formas: quando já se tem as categorias e quando, a partir da separação dos próprios elementos do texto, se as obtém. A primeira forma foi a utilizada por este trabalho, uma vez que se partiu da definição de tipos ideais para, posteriormente, se analisar os casos. O outro aporte metodológico utilizado é o da análise qualitativa comparativa. Partindo da teoria dos conjuntos, a AQC é aplicada quando se está diante de um fenômeno (Y) que apenas ocorre (ou não ocorre) a partir da variação conjunta de determinadas variáveis (X_1 , X_2 , X_3 ,...). Nesse caso, não há uma única variável responsável por causar o fenômeno observado, e, sim, o conjunto de variáveis agindo; tal relação se dá em termos de necessidade e suficiência. Esse é justamente o caso que permite aplicação ao presente trabalho, uma vez que uma única variável isolada (equilíbrio fiscal, por exemplo) não é capaz de produzir a presença/classificação do tipo específico (neoliberal).

Cada ministro corresponde, assim, a um caso de análise, totalizando oito: Pedro Malan (01/01/1995 – 31/12/2002); Antonio Palocci (01/01/2003 – 26/03/2006); Guido Mantega (27/03/2006 – 31/12/2014); Joaquim Levy (01/01/2015 – 17/12/2015); Nelson Barbosa (18/12/2015 – 12/05/2016); Henrique Meirelles (13/05/2016 – 04/04/2018); Eduardo Guardia (07/04/2018 – 31/12/2018) e Paulo Guedes (01/01/2019 – atualmente). As temporalidades de análise dizem respeito ao período em que cada um dos indivíduos exerceu o cargo de ministro, importando saber suas manifestações/falas dentro desse intervalo de tempo. Ou seja, sua posição enquanto ministro da Fazenda. A busca foi feita se valendo de três meios, em ordem de prioridade: I. site do Ministério da Economia¹⁷; II. repositório do Jornal

¹⁷ Disponível em: <<https://www.gov.br/fazenda/pt-br>>. Acesso em: 24 maio 2022.

Folha de São Paulo¹⁸; e III. pesquisa genérica no Google. A palavra inserida no campo de busca obedeceu à seguinte estrutura: [nome do ministro] + [palavra-chave de cada categoria de codificação]¹⁹. Quando não foram encontradas manifestações/falas no primeiro meio de busca, se partiu para o segundo e assim sucessivamente. Dessa forma, as matérias consideradas passíveis de classificação foram aquelas que continham a transcrição da fala/exposição do ministro. Com base no capítulo anterior, foram obtidos três tipos ideais e, a partir de cada um deles, diferentes categorias de codificação:

1. Neoliberal

1.1. Equilíbrio fiscal (Eq.fiscal)

1.2. Aversão à presença do Estado como agente econômico ativo (Aver.Estado)

1.3. Primazia do capital privado (Cap.privado)

1.4. Primazia do nível de confiança dos agentes econômicos (Nível.confiança)

1.5. Necessidade de reformas (Reformas)

2. Desenvolvimentista

2.1. Modelo de substituição de importações como meio para se industrializar (Subst.importação)

2.2. Centralidade do papel do Estado enquanto agente econômico (Estado.ativo)

2.3. Protecionismo como forma de auxílio à indústria nacional (Protec.indústria)

3. Novo-desenvolvimentista

3.1. Centralidade da exportação industrial (Export.indústria)

3.2. Centralidade da poupança doméstica (Poup.doméstica)

3.3. Necessidade de depreciação da taxa de câmbio (Deprec.câmbio)

3.4. Equilíbrio fiscal (Eq.fiscal)

3.5. Defesa de uma estratégia de desenvolvimento econômico (Estrat.desenv)

1.1. Equilíbrio fiscal como prioridade: o equilíbrio fiscal se constituiu como uma das bases centrais do tipo neoliberal. Ele se expressa tanto em argumentos a favor da instituição de metas de superávit primário, quando os gastos correntes do

¹⁸ Disponível em: <<https://search.folha.uol.com.br/>>.

¹⁹ O Apêndice B contém a descrição das palavras usadas para cada categoria.

governo são inferiores à arrecadação, quanto na defesa, também muito frequente, da austeridade fiscal, usualmente aplicada via corte de gastos públicos. Também o argumento do excesso de gastos pode ser um exemplo de representação dessa categoria.

1.2. Aversão à presença do Estado como agente econômico ativo: a presença do Estado nas atividades econômicas é sempre considerada inflacionária e pouco eficiente, prejudicando o bom funcionamento dos mecanismos de preço e mercado. Dessa forma, essa categoria é observada na presença de expressões como “menos Estado”, necessidade de um “Estado mais enxuto”, “Estado muito grande”, e derivados, bem como na defesa da privatização de empresas públicas.

1.3. Primazia do capital privado: essa característica é observada na constatação de que os investimentos privados são sempre mais eficientes e assertivos do que os do Estado. Assim, a ênfase no papel do capital e/ou investimento privado enquanto motor de desenvolvimento econômico é uma premissa básica. Políticas de facilitação de entrada de capital privado e desregulação do mercado podem indicar, também, a presença dessa categoria.

1.4. Primazia do nível de confiança dos agentes econômicos: a preocupação constante com o nível de confiança dos agentes econômicos, interna e externamente, é uma variável determinante para ativar ou desestimular os investimentos privados na economia. Essa categoria pode ser aferida a partir de expressões como “desconfiança do mercado”, “nível de confiança dos investidores”, “risco-Brasil” e derivados.

1.5. Necessidade de reformas: o diagnóstico de que reformas, dos mais diferentes tipos, são necessárias para se melhorar o funcionamento da economia e tornar o Estado mais eficiente é recorrente no tipo neoliberal. Pode-se mensurar a presença dessa categoria através da defesa de reformas da Previdência, trabalhista, administrativa e derivados.

2.1. Modelo de substituição de importações como meio para se industrializar: essa categoria pode ser verificada via defesa direta da substituição de importações com objetivo de se instalar alguma planta industrial. Consiste em superar o problema do estrangulamento externo e vulnerabilidade em momentos baixa do preço das *commodities* no mercado internacional. A identificação desse problema na exposição/fala de algum ministro também pode indicar a presença dessa categoria.

2.2. Centralidade do papel do Estado enquanto agente econômico: o Estado joga um papel chave nesse tipo de desenvolvimento, sendo ele o responsável por planejar e coordenar os investimentos dos agentes econômicos (internos e externos) no objetivo de se desenvolver economicamente. A presença dessa categoria pode ser observada quando há uma defesa da necessidade de planejamento, em forma de programa, por parte do Estado para se atingir o objetivo. A defesa do papel das empresas estatais enquanto instituições estratégicas no desenvolvimento econômico também dá representação a essa categoria.

2.3. Protecionismo como forma de auxílio à indústria nacional: a política de proteção à indústria nacional foi utilizada como forma de amparar o desenvolvimento desse setor tanto na sua sustentação interna quanto na forma de concorrência com as empresas estrangeiras. A defesa deliberada dessa política para com as indústrias nacionais indica a manifestação da categoria.

3.1. Centralidade da exportação industrial: a pauta de exportação baseada em manufaturados constitui um dos pontos de defesa do programa novo-desenvolvimentista. Está baseada no diagnóstico de que não cabe mais ao país se industrializar, mesmo após o processo de desindustrialização, e que a política industrial deve se centrar nas empresas com capacidade de competição no mercado externo. Se refere a essa categoria a defesa de políticas voltadas para indústrias com potencial de competição e/ou atuando na fronteira tecnológica.

3.2. Centralidade da poupança doméstica: se refere à constatação de que o desenvolvimento econômico deve ser financiado via poupança interna, como forma de se evitar depender das flutuações de capital estrangeiro no país, garantindo a autonomia do processo internamente.

3.3. Necessidade de depreciação da taxa de câmbio: o diagnóstico parte da observação de uma tendência à sobreapreciação da taxa de câmbio provocada pela grande entrada de capitais estrangeiros no país e pela denominada doença holandesa. Essa apreciação contribuiu para produzir, entre os anos 1990 e início dos 2000, um processo de desindustrialização. Manter a taxa de câmbio depreciada tem como objetivo recuperar e tornar possível a competitividade da indústria nacional frente ao mercado externo. Refere-se a essa categoria a defesa da necessidade de se depreciar a taxa de câmbio.

3.4. Equilíbrio fiscal: é buscado com o objetivo de tornar o país menos vulnerável a credores externos em função da dívida pública, de se contribuir para a

formação de poupança interna e amortecer os efeitos potencialmente inflacionários (de custo) de uma taxa de câmbio desvalorizada. A busca por superávits primários e a redução de despesas correntes por parte do Estado se referem a essa categoria. Para fins de codificação, foi considerada a mesma categoria do tipo neoliberal.

3.5. Defesa de uma estratégia de desenvolvimento econômico: essa característica é influência direta do desenvolvimentismo. Os novo-desenvolvimentistas consideram que o mercado, por si só, não é capaz de gerar uma modificação nos padrões de vida da sociedade, apesar de, ao mesmo tempo, identificarem o mesmo mercado como principal ambiente onde se gera o desenvolvimento. Daí haver a necessidade de se obter coordenação entre as ações do Estado, do mercado e dos diferentes setores e classes da sociedade. Constituem componentes dessa categoria a defesa explícita de uma estratégia nacional de desenvolvimento coordenada pelo Estado.

Definidas as categorias de codificações, o próximo capítulo tratará da análise dos casos. Serão apresentadas as posições dos ministros e sua classificação dentro das categorias propostas. É importante assinalar que a ausência de uma ou outra categoria nas exposições não significa sua completa inexistência para um determinado ministro, senão que, a partir das fontes consultadas, elas não foram identificadas. Outro ponto a se destacar diz respeito à quantidade de matérias analisadas para cada um deles: o tempo que cada ministro ficou no cargo pode ter influenciado a quantidade de matérias utilizadas para realizar os registros. Por outro lado, um número maior ou menor de matérias encontradas com a transcrição da fala por inteiro (permitindo considerar a matéria como passível de ser classificada) de um determinado ministro pode se dever ao acaso.

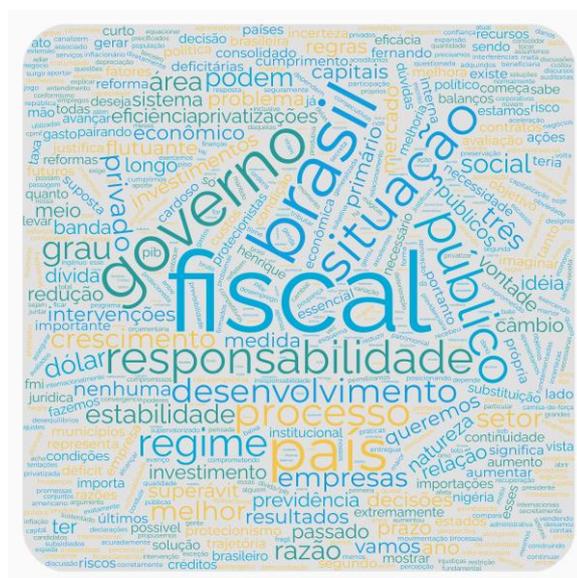
4. ANÁLISE DOS CASOS

Neste capítulo, objetiva-se analisar as exposições e falas dos ministros da fazenda. A ordem de exposição das análises segue a ordem cronológica do tempo em que cada um dos indivíduos ocupou o cargo de ministro. Em cada seção, são utilizadas nuvens de palavras e quadros de quantificação como forma de dar materialidade às exposições.

4.1. PEDRO MALAN (01/1995 – 12/2002)

Foram analisadas, no total, 116 matérias, das quais 32 foram consideradas válidas. A partir delas, se registraram 44 frases (unidades de registro), sendo a maioria delas classificadas na categoria neoliberal (63%), seguida da novo-desenvolvimentista (25%) e desenvolvimentista (12%). A nuvem de palavras elencada abaixo traz a palavras de maior frequência nas falas de Malan. De pronto, a palavra que mais se destaca é “fiscal”.

Figura 1. Nuvem de palavras – Malan



Fonte: Elaboração própria.

O Quadro 1 apresenta a frequência de frases registradas em cada uma das codificações do tipo neoliberal, bem como se as manifestações são favoráveis (+) ao

ponto de referência ou demonstram uma posição contrária (-). No caso de Pedro Malan, todas as cinco codificações aparecem como favoráveis, se observando uma maior frequência de posições no ponto equilíbrio fiscal. Essa defesa se observa quando, por exemplo, Malan (1999b)²⁰ argumenta que “[...] o crescimento exige a continuidade do esforço de austeridade fiscal”, e que, para se estabilizar a relação dívida/PIB, é necessário “gerar o superávit primário” (MALAN, 2001b).

Quadro 1. Frequência e posições, Malan

Tipo	Codificações	Nº de frases (posição)
Neoliberal	Equilíbrio fiscal	11 (+)
	Aversão ao Estado	7 (+)
	Capital privado	5 (+4 -1)
	Nível de confiança	6 (+)
	Reformas	6 (+)
Desenvolvimentista	Substituição de importações	2 (+1 -1)
	Estado Ativo	1 (-)
	Protecionismo	3 (-)
Novo-desenvolvimentista	Exportação industrial	0
	Poupança doméstica	1 (+)
	Cambio depreciado	3 (-)
	Equilíbrio fiscal	11 (+)
	Estratégia nacional	-
Total		55 ²¹

Fonte: Elaboração própria.

Em 2002, falando sobre o comprometimento dos candidatos à presidência em relação à economia, Malan (2002a) afirmou que a população brasileira deveria eleger “alguém comprometido com a responsabilidade fiscal, com os contratos firmados com os Estados e municípios e com as regras de meta fiscal e de inflação”. No mesmo ano, em entrevista à Agência Estado, o então ministro da Economia afirmava que a melhor maneira de lidar com a vulnerabilidade da situação fiscal do país era

[...] exatamente reafirmando compromissos com seriedade e responsabilidade fiscal e não promessas de aumento de gastos público, que

²⁰ Para uma melhor organização e visualização das reportagens e discursos que compuseram o corpus, esses foram, no texto, referenciados pelo sobrenome do ministro a que se referem e sua data de divulgação. No Apêndice A, no entanto, tem-se a equivalência desses códigos com as referências utilizadas, apresentadas conforme as normas ABNT.

²¹ O número total excede as 44 frases pois as unidades de registro classificadas na categoria de equilíbrio fiscal do tipo neoliberal são as mesmas da do tipo novo-desenvolvimentista.

em inúmeras áreas são incompatíveis com a idéia de responsabilidade fiscal e de preservação do regime fiscal. (MALAN, 2002b).

A posição de aversão ao Estado enquanto agente econômico é verificada, sobretudo, nas manifestações em favor da privatização de empresas estatais: “A solução é privatizar as estatais, tocar a reforma previdenciária e sanear as contas dos Estados e municípios” (MALAN, 1997b) e ao afirmar que o “[...] Brasil precisa de uma melhoria na quantidade e na qualidade desses serviços prestados à população e é ingênuo imaginar que o setor público por si só, sem financiamento de natureza inflacionária, teria condição de fazê-lo” (MALAN, 1998c).

A posição em favor do capital privado pode ser observada quando, em um encontro com membros da Câmara Brasil-EUA, Malan (1998b) afirmou que “Não existem soluções mágicas. O Brasil está atraindo investimento estrangeiro crescente, que tem investimento privado e público associado. Esses investimentos são geradores de empregos, diretos ou indiretos”. Em setembro de 2002, num encontro entre membros do governo e representantes de bancos e investidores europeus, Malan (2002c) afirmou que a maturidade política e institucional juntamente à racionalidade econômica eram motivos para “[...] explicar porque nós temos confiança no Brasil”, e por que os investidores deveriam aplicar recursos no país. A defesa da pauta de reformas, com destaque para a previdenciária, também foi recorrente nas manifestações: “Quem perdeu foi o país. A reforma da Previdência não beneficiaria o governo Fernando Henrique Cardoso. Ela foi pensada para ter resultados futuros” (MALAN, 1996a); “Seguramente é um avanço em relação ao esquema anterior, mas não representa uma solução para o problema contábil da Previdência nem elimina as injustiças contidas no sistema” (MALAN, 1996b); e “A Previdência é a ‘espada de Dâmocles’ pairando sobre as finanças públicas” (MALAN, 1999a).

As manifestações que poderiam caracterizar a posição de Malan enquanto desenvolvimentista foram escassas e, quando presentes, frequentemente contrárias aos aspectos que dão representação a esse tipo de desenvolvimento. Há duas citações diretas ao termo “substituição de importações”, sendo que aqui traz-se uma, que se refere a um modelo de “substituição eficiente de importações” (MALAN, 2001c), em referência ao fato de que, no passado, o processo havia sido realizado “[...] de modo ineficiente, com créditos do governo e protecionismo, o que gerou uma indústria não-competitiva”. Quando da crise energética sofrida pelo país em 2001,

afirmou que ela não justificava “[...] a volta do modelo de grandes investimentos públicos” (MALAN, 2001a), se posicionamento de forma contrária à atuação do Estado enquanto agente motor de desenvolvimento. Em relação à política protecionista, Malan a criticou quando pôde, inclusive se mostrando descontente com o fato de outros países adotarem essa política: “O protecionismo afeta setores em que nós somos extremamente competitivos internacionalmente, tanto no agronegócio como no aço” (MALAN, 1998a).

A alta frequência de registro de manifestações relativas ao aspecto “equilíbrio fiscal” no tipo novo-desenvolvimentista se dá por essa característica equivaler à mesma observada no tipo neoliberal, “[...] dado que o novo desenvolvimentismo é tão ou mais rigoroso que a ortodoxia convencional em matéria de disciplina fiscal” (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 23). Não foram registradas menções, nos meios buscados, à necessidade/importância da exportação industrial ou uma estratégia nacional de desenvolvimento. Há uma referência à poupança doméstica quando, em 1997, Malan (1997a) discursou em um encontro do FMI, falando sobre as respostas do governo aos déficits na balança comercial: “[...] aumentar a participação da poupança interna no Produto Interno Bruto”. Em relação à depreciação cambial, as três vezes em que se verificou a presença do tema foram em defesa do câmbio flutuante ou ainda da valorização: “Acreditamos que os fatores que podem levar a uma apreciação do real em relação ao dólar são mais razoáveis que os fatores que podem levar a uma depreciação” (MALAN, 1999c).

4.2. ANTÔNIO PALOCCI (01/2003 – 03/2006)

No caso de Palocci, foram analisadas 84 matérias, dentre as quais 21 foram consideradas como válidas para a classificação nas categorias. Das 21 matérias, foram extraídas 35 frases classificadas na seguinte ordem: 55% das ocorrências no tipo neoliberal, 41% no tipo novo-desenvolvimentista, e 4% no tipo desenvolvimentista. Assim como no caso de Pedro Malan, a palavra mais frequente nas falas do ex-ministro Palocci é “fiscal”:

Quadro 2. Frequência e posições, Palocci

Tipo	Codificações	Nº de frases (posição)
Neoliberal	Equilíbrio fiscal	14 (+)
	Aversão ao Estado	1 (+)
	Capital privado	2 (+)
	Nível de confiança	5 (+)
	Reformas	5 (+)
Desenvolvimentista	Substituição de importações	0
	Estado Ativo	0
	Protecionismo	2 (-)
Novo-desenvolvimentista	Exportação industrial	0
	Poupança doméstica	0
	Câmbio depreciado	6 (-)
	Equilíbrio fiscal	14 (+)
	Estratégia nacional	0
Total		49

Fonte: Elaboração própria.

No dia 02/01/2003, Palocci (2003a) proferiu um longo discurso de posse que facilmente, por si só, preencheria todos os requisitos de um pensamento alinhado ao tipo neoliberal. Expressões como “[...] um Estado que muito gasta e a poucos beneficia” e “[...] temos hoje um aparelho de Estado que gasta muito e gasta mal” deixavam explícita a razão da dificuldade de se obter o equilíbrio fiscal. Em outro momento do mesmo discurso, também defendeu a busca pelo “[...] superávit primário que for necessário de modo a garantir de forma inequívoca a sustentabilidade da dívida pública” (PALOCCI, 2003a).

No final de 2004, em entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*, Palocci (2004b) voltou a defender o papel de uma política fiscal restritiva na redução da dívida pública: “O importante da política fiscal é que ela coloque a nossa dívida numa curva de queda, porque durante dez anos ela subiu”. A preocupação com o equilíbrio fiscal também se fez presente quando cobrou da Câmara e do Senado a busca por “[...] mecanismos que indiquem no longo prazo que o Brasil vai perseguir equilíbrio fiscal consistente” (PALOCCI, 2005c). A manifestação considerada para demarcar a posição de aversão à presença do Estado na economia foi extraída de uma fala sobre a Varig e a Lei de Falências: “O governo tem uma solução de mercado dada pela legislação para a recuperação das empresas. É o mercado que dá condições para essa recuperação” (PALOCCI, 2005a). Em relação à posição de primazia do capital privado, Palocci (2006) assinalou a importância do trabalho de garantir

melhores condições para “[...] que esse investidor venha contribuir para a robustez do mercado de títulos brasileiros”, permitindo uma recuperação no saldo das contas externas.

A atenção dada ao nível de confiança dos agentes de mercado pode ser verificada algumas vezes nas falas de Palocci: “Esta é a forma mais direta de reduzir o risco Brasil e as taxas de juros de modo a viabilizar a retomada do crescimento” (PALOCCI, 2003a); “Desde a eleição do presidente Lula o risco Brasil caiu muito. Isso mostra que estamos no caminho certo e há mais confiança dos investidores no Brasil” (PALOCCI, 2003f); e “O risco país está caindo porque o risco do Brasil está diminuindo. Os indicadores todos estão apontando para uma situação econômica muito melhor para o Brasil” (PALOCCI, 2003c). Quando se manifestou a respeito de reformas, a previdenciária foi o destaque, desde a fala já no seu discurso de posse – “[...] a reforma da previdência pública tem como objetivo garantir nosso compromisso com o ajuste das contas públicas não apenas no presente mas também no futuro” (PALOCCI, 2003a) – até o final do mesmo ano, quando, em encontro com membros do Partido dos Trabalhadores (PT), condicionou a queda de juros à aprovação da reforma – “Querem que os juros caiam mais? Votem rapidamente a reforma da Previdência e a nova Lei de Falências” (PALOCCI, 2003d).

Quando falou sobre a política protecionista, o fez, assim como Malan, criticando sua adoção por parte de outros países: “O Brasil tem alta competitividade no setor agrícola e nos interessa, evidentemente, abertura maior dos países ricos e eles são extremamente protecionistas nessa área” (PALOCCI, 2003b); “[...] injustas para os consumidores e contribuintes dos países industrializados. Soam como hipocrisia intolerável para os pobres cidadãos do mundo em desenvolvimento” (PALOCCI, 2003e). Sobre as manifestações a respeito do câmbio, verificamos uma posição contrária à intervenção nessa política, sobretudo quando afirmou que “Os fundamentos estão equilibrados e continuamos com a posição de que o câmbio deve ser flutuante. Não devemos tentar decidir um valor ideal” (PALOCCI, 2004a), sendo evidente que “[...] o câmbio flutuante prestou um enorme serviço ao país e vai continuar prestando um serviço ao país” (PALOCCI, 2005b). A posição de não interferência na política cambial se opõe justamente à base central do programa novo-desenvolvimentista. Por outro lado, por essa corrente incorporar a preocupação com o equilíbrio fiscal, a relevância de Palocci dada ao tema também

Quadro 3. Frequência e posições, Mantega

Tipo	Codificações	Nº de frases (posição)
Neoliberal	Equilíbrio fiscal	27 (+)
	Aversão ao Estado	1 (+)
	Capital privado	4 (+)
	Nível de confiança	1 (+)
	Reformas	2 (-)
Desenvolvimentista	Substituição de importações	2
	Estado Ativo	19 (+)
	Protecionismo	4 (3+ -1)
Novo-desenvolvimentista	Exportação industrial	4 (+)
	Poupança doméstica	0
	Câmbio depreciado	12 (+)
	Equilíbrio fiscal	27 (+)
	Estratégia nacional	1 (+)
Total		104

Fonte: Elaboração própria.

É interessante notar que a preocupação com a responsabilidade e equilíbrio fiscal foi algo recorrente durante todo o período em que Mantega esteve à frente do Ministério da Fazenda – mesmo nos momentos em que prezou pelas políticas de maior participação do Estado nos investimentos. Em 2007, quando do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento, Mantega (2007a) disse que, para custear um aumento no nível de investimentos do setor público, seria necessário “[...] continuar mantendo a sustentabilidade fiscal do governo, mantendo os princípios da responsabilidade fiscal” e aplicando “[...] o controle da expansão das despesas de pessoal para cada um dos Poderes da União”. Um ano mais tarde, ao participar do 6º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, Mantega (2009b) fez questão de afirmar a posição da pasta com relação à política fiscal: “Estamos dizendo aos ministérios que não há como aumentar programas nem fazer novos programas de gastos porque nós não temos espaço”. Novamente, em 2011, afirmou o compromisso do governo com a responsabilidade fiscal: “Nós somos um governo que é responsável. Assim como nós queremos o crescimento, nós temos que olhar também para a solidez fiscal” (MANTEGA, 2011a). A busca pelo superávit primário foi várias vezes mobilizada nas falas de ex-ministro: “Vamos continuar produzindo um superávit primário em torno de 3% do PIB, consolidando as contas públicas brasileiras em momento em que um dos maiores problemas das economias avançadas é justamente a fragilidade fiscal” (MANTEGA,

2012c); “Para esse ano, nosso compromisso é realizar superávit de 1,9% do PIB e vamos fazê-lo” (MANTEGA, 2014a); e “Depois das políticas anticíclicas, precisamos começar a reduzir os estímulos. Devemos caminhar para um primário maior do que este ano, entre 2% e 2,5%” (MANTEGA, 2014b) são alguns exemplos.

Uma única frase foi classificada na categoria de aversão ao Estado enquanto agente econômico, que foi quando Mantega (2012e) defendeu, durante o encontro da Confederação Nacional da Indústria (CNI), a viabilização de concessões do setor público a investidores interessados. Nessa mesma linha, também afirmou a jornalistas que “O que vai impulsionar o crescimento é o setor privado, que tem que aumentar o gasto, o investimento e o crédito” (MANTEGA, 2011d), ao comentar o resultado do PIB do terceiro semestre. A frase classificada na categoria “nível de confiança” é referente a uma fala de Mantega em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, quando ele relaciona a confiança no país aos sucessivos superávits atingidos: “O Brasil é um país que possui confiança. Há 12 anos construímos superávit primário e estamos cumprindo as metas fiscais com sobra” (MANTEGA, 2011b).

Em relação à pauta de reformas, Mantega (2006) foi o único de todos os ministros analisados a se posicionar contra a reforma da Previdência, argumentando não haver necessidade de realizá-la: “Não acredito que precisemos de mais reformas da Previdência. O que precisamos é de melhor administração”. Noutro momento, participando do Fórum Nacional da Previdência, disse o seguinte: “Eu não tenho uma posição preestabelecida e não faço objeção a nenhuma medida. Temos que ir lá com uma agenda aberta, onde todas as questões possam ser tratadas, inclusive a questão da idade” (MANTEGA, 2007b).

No que se refere ao registro de duas falas na categoria de substituição de importações, ambas não expressaram um ponto de vista favorável ou contrário, senão que no país havia pontos de estrangulamento: “[...] temos que aumentar a oferta de infra-estrutura para que não haja pontos de estrangulamento e para que o custo-Brasil seja reduzido para as empresas brasileiras” (MANTEGA, 2007a) e “O Brasil ainda não tem condições de crescer a 7,5%, ele terá. Porque você pode ter pontos de estrangulamento” (MANTEGA, 2011a). Como se observa no Quadro 3, há 19 registros na categoria “Estado ativo”, que se dá pela recorrência dos termos de “investimentos” e pelo papel de relevância das empresas estatais. Em julho de 2010, Mantega (2010) defendeu a criação de uma Empresa Brasileira de Seguros,

afirmando que a oferta do serviço por parte do setor privado era insuficiente: “Todos eles precisam de seguro. Temos uma estrutura pouco eficiente no Brasil. O setor privado não dá conta”. Em outros momentos, deixou evidente a importância dos investimentos que vinham sendo realizados pelo PAC e pelas empresas estatais: “O ano de 2012 será de aumento dos gastos no PAC, no Minha Casa Minha Vida e na Copa do Mundo. O investimento é uma das variáveis chave para que o Brasil mantenha crescimento equilibrado” (MANTEGA, 2012a) e “Haverá uma continuidade da estratégia que vinha sendo praticada na empresa, com uma Petrobras presente, se viabilizando para a exploração da camada do pré-sal e adaptando-se ao seu gigantismo e preservando a governança” (MANTEGA, 2012a).

Quando chegou ao assunto de políticas de proteção às empresas brasileiras, Mantega se mostrou, na maioria das vezes, favorável, tendo sido registrado apenas uma ocorrência de posição contrária: “[...] não podemos permitir a volta do protecionismo. Vamos estimular o comércio globalizado e manter as condições para que o comércio mundial continue aberto, especialmente na América Latina” (MANTEGA, 2009a). Nas outras, manifestou-se favoravelmente: “Em havendo a percepção de que há uma concorrência desleal, temos de proteger a indústria nacional” (MANTEGA, 2007c) e “O Brasil é um dos países que menos pratica protecionismo. Adotamos algumas medidas de defesa para neutralizar o protecionismo de outros países e defender a indústria nacional” (MANTEGA, 2010d).

A preocupação de Guido Mantega com as exportações industriais pôde ser registrada quatro vezes nas matérias válidas. Em um desses casos, falando sobre as medidas do Conselho Monetário Nacional para isentar o imposto sobre transações financeiras (IOF) em operações de câmbio de exportadores, afirmou estar “[...] redirecionando a política industrial para o setor exportador, dentro das nossas preocupações em evitar uma deterioração da nossa conta comercial” (MANTEGA, 2008), e que o caminho para se evitar uma deterioração da indústria manufatureira “É estimular as exportações, devolver créditos, combater a concorrência desleal de países, atuar na área cambial” (MANTEGA, 2011a). O “atuar na área cambial” a que Mantega se referia consistia em conter a valorização do real e mantê-lo competitivo: “O real mais desvalorizado é ideal para dar mais competitividade à indústria manufatureira, que sofre com dificuldades para exportar e com a concorrência dos importados que chegam ao país com preços muito baixos” (MANTEGA, 2012c), “Temos atuado nesses mercados e podemos aumentar nossa

atuação em larga escala. Não há nenhum risco do real se valorizar, prejudicando as exportações brasileiras e os manufaturados brasileiros” (MANTEGA, 2012b) e “Não permitiremos uma valorização especulativa do real e isso veio para ficar” (MANTEGA, 2013) são alguns dos exemplos.

A recorrência da necessidade de conter os gastos de custeio ou correntes marca a tônica da primazia pelo equilíbrio fiscal de Mantega: “O governo viabilizará o aumento dos investimentos reduzindo gastos de custeio” (MANTEGA, 2009a) e “O Brasil é um país sério que cuida das finanças. Temos que evitar aumento de gastos do governo” (MANTEGA, 2011c). A mobilização do argumento da redução de gastos correntes aparece em algumas situações como condição necessária para viabilizar os investimentos por parte do Estado e está em sintonia com o que propõem os novo-desenvolvimentistas (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2007). Por fim, foi registrada uma exposição do ministro na categoria “estratégia nacional/de desenvolvimento”, quando afirma que, no período da crise de 2008, a mesma estratégia de desenvolvimento foi mantida (MANTEGA, 2011a).

4.4. JOAQUIM LEVY (01/2015 – 12/2015)

A análise de conteúdo do ministro Joaquim Levy se deu a partir da verificação de 54 matérias, das quais 20 foram consideradas válidas para serem codificadas. Dessas 20, extraiu-se 46 frases que foram classificadas em alguma categoria. A composição das frases dentro de cada tipo obedeceu à seguinte ordem: 59% registradas no tipo neoliberal, 34% no novo-desenvolvimentismo, e 7% como desenvolvimentistas. As palavras “fiscal”, “privado” e “investimento” aparecem com maior frequência nas falas de Levy.

brasileira dava provas de sua excelência “[...] ao reafirmar o consenso do imperativo da disciplina fiscal para o crescimento econômico e social e para o desenvolvimento sustentável” (LEVY, 2015a). Alguns meses depois, durante um discurso no Congresso, Levy (2015g) mobilizou o argumento da racionalidade para se referir aos gastos públicos: “A chave está na racionalização e a priorização do gasto público”. Em dezembro, na Comissão Mista de Orçamento do Congresso, se mostrou preocupado com o fato de “Estarmos gastando muito mais do que a gente tem e isto é complicado e a repercussão será toda a economia” (LEVY, 2015k).

Apesar de não terem sido registradas exposições alinhadas à aversão à presença do Estado na economia, houve uma ênfase no papel que o capital privado deveria jogar no processo de desenvolvimento. Criar “[...] o palco para o setor privado desempenhar seu papel” (LEVY, 2015d) seria uma das atribuições do governo. Percebe-se que o ministro não anula o papel do Estado nos investimentos, senão que ele deveria pavimentar o caminho para destravar o potencial do setor privado. Outro exemplo dessa posição foi quando, no lançamento do Programa de Investimento em Logística, Levy (2015f) argumentou que o programa “[...] permite que todo o setor privado possa se organizar e desenvolver uma estratégia de participar desse grande projeto de continuação do nosso crescimento”.

Durante os anos em que esteve à frente do Ministério, a questão da confiança dos agentes econômicos ocupou boa parte das falas de Levy – “[...] a confiança do setor privado só aumenta se mostrarmos que somos capazes de enfrentar os desafios fiscais” (LEVY, 2015l) e, também se referindo à iniciativa privada, “Ela que dá confiança ao empreendedor de que vale a pena trabalhar sem depender, em tudo, do Estado” (LEVY, 2015a). Não por acaso, essa confiança aparece diversas vezes ligadas ao papel do investimento privado. Em relação às reformas, Levy (2015j) se posicionava favoravelmente à da Previdência, embora essa não tenha sido frequente no material válido: “Precisamos enfrentar o problema da Previdência, estabelecer uma idade mínima para a aposentadoria e um tempo mínimo de contribuição”.

Há uma única menção à substituição de importações, realizada quando da sua participação em um seminário promovido pela FGV sobre o risco-Brasil: “[...] temos que utilizar melhor nossas vantagens, criando fontes de crescimento como o turismo e a substituição de importações” (LEVY, 2015h). Quando abordou a questão do protecionismo, tentou se manter sem uma posição definida, como, por exemplo,

quando falou que subir a alíquota de importações era “[...] a coisa mais óbvia, mas não necessariamente é a melhor ou a mais permanente” (LEVY, 2015i), ou quando classificou como difícil a decisão de se optar ou não por esse tipo de política: “Não é fácil. Você tem de criar uma política que defenda os interesses nacionais, tanto do consumidor como dos produtores” (LEVY, 2015i).

A exportação de manufaturados não foi um tema abordado por Joaquim Levy. Quando da divulgação do Plano Anual de Financiamento 2015, Levy (2015b) relacionou o equilíbrio fiscal à formação de poupança interna: “O equilíbrio das contas públicas será essencial para o desenvolvimento do crédito, o incremento da poupança doméstica e a criação de oportunidades para trabalhadores”. Nos dois registros contabilizados na categoria de depreciação cambial, Levy (2015e, 2015c) se posicionou pela livre flutuação, classificando como incorreta a defesa de um câmbio mais fraco: “[...] está no nível em que os mercados decidem e que reflete a percepção da nossa produtividade” e “De qualquer modo, já tive ocasião de notar que a ideia de que um câmbio mais fraco é a grande solução para o Brasil não está correta, apesar da sua popularidade em alguns círculos”. Não houve registro de manifestações dentro da categoria de estratégia de desenvolvimento.

4.5. NELSON BARBOSA (12/2015 – 05/2016)

Para o caso de Nelson Barbosa, foram analisadas 50 matérias, das quais apenas 14 foram consideradas válidas. Dessas, foram extraídas 24 frases que compuseram a classificação final. A maioria delas foi registrada dentro de alguma categoria do tipo neoliberal (60%), seguido do tipo novo-desenvolvimentista (35%) e desenvolvimentista (5%). A palavra que mais se destacou nas falas de Barbosa foi “fiscal”, seguida de “investimento” e “gasto”.

fazendo o ajuste necessário para reequilibrar as contas públicas”. Durante um discurso no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, no início de 2016, ele defendeu novamente a necessidade de se instituir teto para os gastos: “Começando pelo lado fiscal, a evolução da economia brasileira nos últimos anos indica que é necessário estabelecer um limite para o crescimento do gasto público” (BARBOSA, 2016a), argumentando que os gastos em relação ao PIB vinham crescendo ano após ano.

Pouco tempo depois, porém, ao apresentar para o Congresso o Projeto da Lei Orçamentária 2016, defendeu uma redução na meta de superávit, por compreender que, no momento de recessão, uma meta elevada prejudicaria ainda mais a economia: “Nesse contexto de retração, achamos adequado mudar a meta fiscal para que o governo não empurre mais a economia para baixo” (BARBOSA, 2016e). Dentre os ministros analisados, essa interpretação de que uma política fiscal restritiva poderia agravar ainda mais a situação econômica foi uma das únicas registradas. Entre meados de 2015 e início de 2016, o Brasil passou por uma série de perdas de pontuação por parte de agências de *rating* – que classificam os países segundo sua capacidade de honrar suas dívidas –, fazendo com que o país perdesse o selo de “bom pagador” (BRASIL..., 2015). Esses fatos foram os responsáveis pela preocupação de Barbosa com os níveis de confiança externa no país, como se observa: “A despeito da revisão do nosso rating por algumas agências, eu tenho certeza de que os títulos brasileiros continuam sendo um investimento muito bom e, mais importante, um investimento seguro” (BARBOSA, 2015c); “A questão é reduzir o risco sistemático para que os investidores nacionais e internacionais se sintam seguros para aproveitar as oportunidades existentes” (BARBOSA, 2015b).

A maioria das menções sobre reformas se deveram à necessidade de reformar o sistema previdenciário: “Aprovar a reforma da Previdência, mesmo que tenha um impacto fiscal no futuro, já tem impacto positivo imediato, já sinaliza maior estabilidade das contas, maior sustentabilidade” (BARBOSA, 2016c); “Então, para garantir a estabilidade fiscal e principalmente para garantir a sustentabilidade da Previdência é preciso reformar as regras da Previdência” (BARBOSA, 2016a); e “[...] é uma reforma que é necessária para estabilizar de maneira definitiva as finanças públicas brasileiras” (BARBOSA, 2016a).

Barbosa demonstra a posição de que, no contexto de recessão econômica, a ação do Estado enquanto potencial agente de recuperação pode ser explorada. Daí os dois registros na categoria de Estado ativo: “Esse ano, o desafio é estabilizar o investimento público. Sobretudo investimento público em transportes, sobretudo investimento público em recursos hídricos” (BARBOSA, 2016a) e “A gente tem que ajudar o país a recuperar o emprego e a renda. Hoje, isso passa, sim, por preservar algumas despesas. Preservar o investimento, a saúde e a educação” (BARBOSA, 2016d). Quando comentou sobre o rebaixamento da nota de crédito brasileira pela *Standard & Poor's*, defendeu “[...] melhorar a competitividade do setor manufatureiro e adotar medidas institucionais que melhorem o funcionamento da economia” como forma de retomar o crescimento (BARBOSA, 2016b).

Nelson Barbosa esteve à frente do Ministério da Fazenda até os momentos finais antes de Dilma ser afastada da presidência. Como manda a cartilha, tentou ressaltar os componentes de equilíbrio fiscal e como isso poderia resultar em uma melhora nos níveis de confiança do país. Nada que, de fato, pudesse evitar o golpe parlamentar sobre a ex-presidente Dilma.

4.6. HENRIQUE MEIRELLES (05/2016 – 04/2018)

No caso de Meirelles, foram analisadas 47 matérias, sendo 24 consideradas válidas para extração das unidades de registro; no total, foram 49 frases. Assim como todos os outros casos analisados até agora, a maioria das frases se concentrou no tipo neoliberal (72%), seguido do tipo novo-desenvolvimentista (25%) e desenvolvimentista (3%). As palavras com maior frequência no conjunto das frases categorizadas foram “despesas”, “confiança” e “reforma”.

setembro do mesmo ano, já anunciava, em uma coletiva por ocasião do G20, que “A proposta da Fazenda é fixar, através de uma emenda constitucional, aprovada pelo Congresso, um teto para o crescimento das despesas” (MEIRELLES, 2016d). Em outubro, recorreu à cadeia nacional para defender o teto de gastos, mobilizando a comparação entre as contas do governo com as contas de uma casa: “Na sua casa, todos sabem que não podem se endividar para gastar mais do que ganham, continuamente. Com o governo acontece a mesma coisa” (MEIRELLES, 2016f).

As posições de aversão ao Estado foram representadas por falas favoráveis às privatizações: “De 1990 para cá nós já percorremos um longo caminho, tanto que os processos recentes de privatizações e concessões, como por exemplo dos aeroportos, foram muito bem recebidos pela população” (MEIRELLES, 2016d) e “Estamos discutindo a privatização do IRB [Instituto de Resseguros do Brasil]. Devemos esperar alguns meses, mas existe uma determinação clara de privatizar”. (MEIRELLES, 2016c). As posições favoráveis ao capital privado foram verificadas pelos seguintes comentários: “Eu acho que existe mais disposição em investir no Brasil. Os investidores prestaram muita atenção em algumas questões básicas” (MEIRELLES, 2017a) e “O investimento estrangeiro direto continua muito forte, estamos em um nível muito alto. Isso é resultado do que está sendo feito no país” (MEIRELLES, 2017e).

Após uma reunião do Conselho das Américas que ocorreu em Nova Iorque com empresários e investidores, Meirelles (2016e) afirmou a jornalistas que um dos componentes da recessão econômica pela qual o Brasil passava era o grau de confiança: “Nós estamos endereçando um aspecto fundamental da presente recessão do Brasil, que é a queda de confiança em função de uma percepção de descontrole de gastos públicos e de crise fiscal no futuro”. Pouco menos de um ano depois, em pronunciamento no FMI, Meirelles (2017d) demarcou que “A confiança vem crescendo no Brasil e há sinais de que a longa recessão está chegando ao fim”. A confiança funcionou, dessa forma, como um balizador das políticas econômicas empreendidas pelo governo. Essa posição também fica evidente em: “Um sinal de que estamos na direção correta é o início da reação dos agentes econômicos às mudanças estruturais propostas” (MEIRELLES, 2016g).

Quando comparado a todos os outros ministros, Henrique Meirelles foi o que mais apresentou registros na categoria de reformas. A maioria das falas favoráveis a essa pauta se dirigiu a previdência, sendo também possível identificar a reforma

trabalhista dentro desse escopo. Em um encontro promovido pelo jornal *Valor Econômico*, “Os caminhos para a reforma da Previdência”, Meirelles (2017c) proferiu o seguinte: “Mostramos, mais uma vez, que a reforma não é uma questão de preferência, de decisão ou de opinião. A reforma é uma necessidade matemática, financeira e fiscal”. Nessa fala podemos observar uma tentativa de deslocamento de uma pauta que é, de acordo com a revisão da literatura, identificada com um tipo específico de desenvolvimento, qual seja, o neoliberal. Assim, Meirelles busca tratar a questão sob o ponto de vista puramente técnico, ou “matemático”, como coloca. Em uma entrevista coletiva no Fórum Econômico Mundial, Meirelles (2017b) defendeu a necessidade da reforma trabalhista: “Podemos e devemos ter um custo de produção menor, assim que tivermos a reforma trabalhista implementada e todas as outras reformas de aumento de produtividade”.

As falas contrárias à política protecionista foram ditas em um discurso em reunião do FMI: “Em primeiro lugar, não deve haver revitalização do protecionismo”, reforçando “A posição da grande maioria dos membros presentes de que o protecionismo prejudica o crescimento” (MEIRELLES, 2017d). Em relação à fala registrada na categoria de depreciação cambial, Meirelles (2017b) afirmou que o câmbio não era uma pauta de preocupação do governo, “[...] pelo fato de que temos um regime de taxa flutuante, do qual gostamos e que acreditamos ser o melhor para gerenciar a economia”. Em suma, Meirelles defendeu em várias ocasiões a necessidade de reformas econômicas com objetivos de melhorar a situação fiscal do país e resgatar a confiança dos investidores externos.

4.7. EDUARDO GUARDIA (04/2018 – 12/2018)

De todos os ministros, Guardia foi o que se manteve por menos tempo no comando do Ministério da Fazenda. Isso pode explicar, em parte, a quantidade reduzida de matérias a seu respeito. Foram analisadas 29 matérias, e apenas oito foram consideradas válidas para extração das unidades de registro. Assim, foram contabilizadas 14 frases a serem categorizadas. Quase todas elas foram registradas sob o tipo neoliberal (88%), sendo os 12% restantes registrados no tipo novo-desenvolvimentista. Nenhuma delas foi categorizada no tipo desenvolvimentista. A grande palavra em destaque nas exposições de Eduardo Guardia foi “reforma”.

redução do crescimento econômico devido aos riscos de crescimento da inflação, calote da dívida pública ou aumento drástico de impostos.

Na categoria de aversão ao Estado, Guardia (2018c) se colocou favorável ao regime de capitalização de empresas endividadas e a políticas de privatizações: “[...] também importantes são as privatizações, concessões, parcerias público privado e a reforma na regulação do mercado de crédito”.

Posteriormente, também defendeu o papel do investimento privado nas parcerias público-privadas (PPP): “Não adianta falar que quer mais 2% do PIB em investimento. Não terá. Ponto. Tão simples quanto isso. O que se terá é investimento privado se existir uma regulação adequada” (GUARDIA, 2018b). Em outro momento, colocou a estabilidade institucional como variável de estímulo ao investimento privado: “A estabilidade institucional, por sua vez, é a garantia de que o Estado não alterará, de forma inesperada, as regras estabelecidas, prejudicando contratos vigentes ou a previsibilidade da política econômica, de modo a estimular o investimento privado” (GUARDIA, 2018c).

Tanto a reforma trabalhista quanto a previdenciária foram pautadas positivamente por Eduardo Guardia. Essas posições podem ser verificadas, por exemplo, quando da publicação de um artigo seu na Coluna de Opinião do jornal *Folha de São Paulo*: “Daí a importância de reformas fiscais estruturais, sendo a mais importante a da Previdência”; “A reforma trabalhista, ao mesmo tempo em que impulsiona a produtividade das empresas, abre as portas do mercado formal de trabalho para profissionais de baixa renda, que amargavam o desemprego ou a ocupação informal” (GUARDIA, 2018c).

Não houve registros no tipo desenvolvimentista, e as duas ocorrências registradas no novo-desenvolvimentismo foram as mesmas contabilizadas no tipo neoliberal. A partir da análise, Guardia poderia ser considerado o ministro mais estritamente neoliberal.

4.8. PAULO GUEDES (01/2019 - ATUALMENTE)

Foram 95 as matérias analisadas no total no caso de Paulo Guedes. Destas, 28 foram consideradas válidas para análise, se obtendo um total de 47 frases classificadas em alguma categoria. A maioria delas, assim como nos casos de todos os outros ministros, foram contabilizadas no tipo neoliberal (65%), seguido do novo-

com o auxílio emergencial. Essa especificidade do contexto fez com que Guedes, por algumas vezes, relativizasse – embora nunca tenha negado – o teto de gastos. Para um ministro que começou o ano de 2019 com falas como “O Brasil foi corrompido e parou de crescer pelo excesso de gastos. A reforma do Estado é a chave para a correção” (GUEDES, 2019a) e “Tudo isso porque a máquina gasta muito e gasta mal porque gasta consigo mesma, com privilégios, aposentadorias” (GUEDES, 2019d) e que posteriormente demonstrou preocupação com como o teto afetava a segurança alimentar das famílias – como pode ser verificado em “Vou continuar a defender o teto, as privatizações. Agora, o presidente precisa tomar as decisões políticas muito difíceis. Se ele respeita o teto, ele deixa 17 milhões de famílias passando fome” (GUEDES, 2021c) – essa “mudança” representou algo incomum.

Incomum porque o impacto social que a instituição da EC 95 poderia causar nunca foi tema, pelo menos no material analisado, de preocupação de Paulo Guedes. Muitas das falas de Guedes foram categorizadas em “aversão ao Estado”. Alguns exemplos são: “A insistência do Estado como o motor do crescimento produziu essa expansão dos gastos como proporção do PIB, corrompendo a política e estagnando a economia” (GUEDES, 2019a); “O Brasil é prisioneiro de monopólios estatais. As privatizações estão andando” (GUEDES, 2022b); “Se você cavou um buraco, foi para o fundo do poço através dessas obras públicas indiscriminadas, a solução não pode ser cavar mais fundo, não pode ser repetir a mesma estratégia, fazer um novo PAC” (GUEDES, 2020c). Em relação à primazia do capital privado, uma única fala foi contabilizada: “O caminho é investimento privado. E é geração de emprego pelo setor privado” (GUEDES, 2020d).

Em declaração ao jornal *Globo News* enquanto participava do Fórum Econômico Mundial em Davos, Guedes (2020a) falou sobre as expectativas dos investidores em relação ao Brasil: “Há um ano, aqui, disse a eles para confiarem na democracia brasileira para aprovar as reformas. Tudo correu como esperava e aqui o que eu ouço é que eles não acreditavam que era possível, as expectativas eram muito adversas”. No quesito “reformas”, Guedes só ficou atrás de Meirelles. Em suas manifestações, sempre se mostrou favorável às reformas administrativas, previdenciárias e trabalhista: “O buraco da previdência virou um buraco negro fiscal que ameaça engolir o Brasil” (GUEDES, 2019b); “O buraco negro fiscal impede investimentos. Com a Nova Previdência abrimos espaço para 10 a 15 anos de

retomada do crescimento” (GUEDES, 2019c); “Será que é hora de travar os salários por um ou dois anos? Estamos redesenhando isso em uma reforma administrativa e vamos mudar o plano de carreira” (GUEDES, 2019d).

As duas manifestações favoráveis à substituição de importações estão ligadas a uma taxa de câmbio mais elevada. Em evento no Banco BTG Pactual, Guedes (2021b) afirmou não haver problema no fato de o dólar não cair em relação ao real: “Não tem problema. Mais tempo para as exportações, para nossa substituição de importações ir funcionando”. Em fevereiro de 2020, protagonizou uma polêmica ao proferir uma fala preconceituosa sobre como o dólar barato permitia até mesmo que empregadas domésticas fossem à Disney: “Não tem negócio de câmbio a R\$ 1,80. Vamos importar menos, fazer substituição de importações, turismo. Todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para a Disneylândia, uma festa danada” (GUEDES, 2020b). Durante seu primeiro discurso como ministro, posicionou-se de logo contra a ação ativa do Estado na economia: “A insistência do Estado como o motor do crescimento produziu essa expansão dos gastos como proporção do PIB, corrompendo a política e estagnando a economia” (GUEDES, 2019a).

Das três falas de Guedes classificadas na categoria de depreciação cambial, duas se referiram ao processo de desindustrialização, que considerou danoso. O termo “desindustrialização” foi usado, também, como palavra-chave na busca dessa categoria por, no campo teórico, os novo-desenvolvimentistas diagnosticarem a sobrevalorização da taxa de câmbio como um dos fatores do processo de desindustrialização no país (OREIRO; FEIJÓ, 2010). São as duas falas mencionadas: “Estamos nos desindustrializando lentamente, e isso é ruim para o país” (GUEDES, 2021a) e “A redução de 25% do IPI [Imposto sobre Produtos Industrializados] é um marco do início da reindustrialização brasileira, após quatro décadas de desindustrialização” (GUEDES, 2022a).

4.9. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DOS CASOS

Quando se analisa comparativamente todos os casos, percebe-se que há uma preponderância de registros nas categorias do tipo neoliberal. “Equilíbrio fiscal” e “reformas” foram categorias que se mostraram presentes em todas as manifestações dos ministros da Fazenda. Novamente, em sete dos oito casos, o

registro nessas categorias indicou uma posição favorável. Como o equilíbrio fiscal também faz parte do tipo novo-desenvolvimentista, essa categoria sempre apareceu à frente do tipo desenvolvimentista. A única vez em que o tipo neoliberal não correspondeu à maioria das unidades de registro entre ministros foi em Guido Mantega, que teve no tipo novo-desenvolvimentista o maior percentual de unidades de registro. Esse ministro também foi o único a se posicionar de forma contrária à reforma da Previdência – embora sempre tenha defendido outros aspectos do tipo neoliberal.

As falas registradas sobre a categoria “substituição de importações” apareceram, na maioria das vezes, sob forma genérica, pouco ligadas ao processo empreendido entre os anos 1950 e 1970 no Brasil. Pedro Malan foi o único ministro a se referir ao processo em si, de forma negativa. Essa análise pode indicar um abandono das premissas do desenvolvimentismo, que via na substituição de importações o caminho para o desenvolvimento, mas que, segundo os críticos, logrou causar uma ineficiência da industrial nacional – pelo protecionismo – e um alto endividamento externo (BRESSER-PEREIRA, 2006). Mantega foi o ministro com maior número de registros na categoria “Estado ativo”. Em relação ao protecionismo, ora essa categoria apareceu sob forma de crítica à política de parceiros comerciais, ora sob a necessidade de se proteger a indústria nacional.

As categorias “exportação industrial”, “poupança doméstica” e “estratégia nacional” foram as que menos se fizeram presentes. O “câmbio depreciado” abrangeu, na maioria dos casos, uma posição contrária, sendo defendida a posição de mantê-lo livre de intervenção de qualquer política econômica do Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo averiguar se, a partir das manifestações dos ministros da Fazenda – agentes com papel determinante na elaboração e execução das políticas econômicas – era possível identificar tipos de desenvolvimentos econômicos subjacentes às suas manifestações. A hipótese que norteou o trabalho era a de que tais manifestações, frequentemente mobilizadas sobre o argumento de tecnicidade ou razão lógica, estavam, ao contrário, ligadas à uma perspectiva econômica. A partir da revisão da literatura, foram constituídos três tipos ideais: neoliberal, desenvolvimentista e novo-desenvolvimentista. Essa construção permitiu, posteriormente, operacionalizar categorias e realizar a análise de conteúdo das falas dos ministros.

Os resultados permitiram concluir que, ainda que com algumas variações, todos os ministros deram ênfase, nas suas manifestações, ao aspecto do equilíbrio fiscal, peça chave do tipo neoliberal. A única vez em que esse tipo não se configurou predominante foi no caso de Guido Mantega, em que houve um grande registro de falas em favor da ação ativa do Estado e de intervenções para proteger a indústria e evitar um câmbio sobrevalorizado. Essa observação está alinhada a um período de execução de políticas de investimento público na economia, como o PAC e a concessão de crédito a juros baixos (CARVALHO, 2018). Não obstante, mesmo no caso de Mantega, a gramática neoliberal, como argumenta Rizzo (2019), foi mantida, reforçando a hipótese de que, após a crise do desenvolvimentismo no final dos 1970, a necessidade de uma reforma fiscal se tornou consenso entre os que passaram pelo Ministério da Fazenda (ERBER, 2011; LOPREATO, 2006).

A partir dessas análises, verificou-se que os argumentos da necessidade de políticas de ajuste fiscal e austeridade, longe de estarem associadas à lógica da “razão” ou a único caminho possível, se filiam à uma perspectiva teórica específica, qual seja: neoliberal. Os posicionamentos enquadrados como desenvolvimentistas e novo-desenvolvimentistas, apesar de também terem se feito presentes, não chegaram a ser a maioria entre os ministros.

REFERÊNCIAS

AGARWALA, Amar Narain; SINGH, Sampat Pal (Orgs.). **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2010.

AKE, Claude. *Democracy and development in Africa*. Washington, DC: The Brookings Institution, 1996.

ALMEIDA JUNIOR, Mansueto; LISBOA, Marcos; PESSOA, Samuel. O ajuste inevitável: ou o país que ficou velho antes de se tornar desenvolvido. **Geesta**, 23 jul. 2015. Disponível em: <<https://geesta.com.br/noticias/index.php/2015/07/23/o-ajuste-inevitavel-ou-o-pais-que-ficou-velho-antes-de-se-tornar-desenvolvido/>>. Acesso em: 21 maio 2022.

AMIN, Samir. Underdevelopment and dependence in black Africa: origins and contemporary forms. **The Journal of Modern African Studies**, v. 10, n. 4, p. 503-524, 1972. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/160011>>. Acesso em: 21 maio 2022.

AMORIM, Ricardo. Manifesto por um Brasil mais rico, não mais caro. **Isto É**, 05 abr. 2012. Disponível em: <https://istoe.com.br/197589_MANIFESTO+POR+UM+BRASIL+MAIS+RICO+NAO+MAIS+CARO+/>. Acesso em: 22 maio 2022.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas: Autores Associados, 2005.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

BARBOSA, Luis Guilherme Camfield. **Antônio Palocci e a retórica da ruptura: o mercado na linguagem do Partido dos Trabalhadores**. 149 f. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BASTOS, Pedro Paulo Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. esp., 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400004>>. Acesso em: 22 maio 2022.

BATARELLI JUNIOR, Admir Antonio; FERREIRA, Sandro de Freitas. **Introdução à análise qualitativa comparativa e aos conjuntos Fuzzy (fsQCA)**. Brasília: ENAP, 2018.

BATISTA, Paulo N. **O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Goiás: PUC, 1994.

BATISTA, Paulo N. Perspectivas da Rodada Uruguai: implicações para o Brasil. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 16, 1992. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40141992000300009>>. Acesso em: 22 maio 2022.

BELIEIRO JUNIOR, José Carlos Martines. Política e economia no governo FHC: a questão dos economistas. **Tópos**, v. 2, n.1, 2008. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/topos/article/view/2211>>. Acesso em: 22 maio 2022.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo Ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1988.

BIELSCHOWSKY, Ricardo; MUSSI, Carlos. O pensamento desenvolvimentista no Brasil: 1930-1964 e anotações sobre 1964-2005. In: SEMINÁRIO BRASIL-CHILE: UNA MIRADA HACIA AMÉRICA LATINA Y SUS PERSPECTIVAS, 2005. **Actas del Seminário Brasil-Chile**: una mirada hacia américa latina y sus perspectivas. Santiago de Chile, 2005.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOYER, Robert. Prefácio: Do “Consenso de Washington” à “Proposta de São Paulo”? In: BRESSER-PEREIRA, Luiz. **Globalização e competição**: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. p. 1-21.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019**. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm>. Acesso em: 22 maio 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm>. Acesso em: 22 maio 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 22 maio 2022.

BRASIL. **Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitschek**. Estado do Plano de Desenvolvimento Econômico em 31 de dezembro de 1958. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação, 1959. v. II. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/777/33/7/Programa%20de%20M>

[etas%20do%20Presidente%20Juscelino%20Kubitschek%20V2%201958_PDF_OCR.pdf](#)>. Acesso em: 22 maio 2022.

BRASIL perde selo de bom pagador de agência de classificação de risco. **G1**, 10 set. 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/09/brasil-perde-selo-de-bom-pagador-de-agencia-classificacao-de-risco.html>>. Acesso em: 24 maio 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. **Globalização e competição**: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 05-24, 2006. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n03/v20n03_01.pdf>. Acesso em: 22 maio 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 4, p. 663-686, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; NAKANO, Yoshiaki. Uma estratégia de desenvolvimento com estabilidade. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 3, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572002-1246>>. Acesso em: 22 maio 2022.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C.; THEUR, Daniela. Um Estado novo-desenvolvimentista na América Latina? **Economia e Sociedade**, v. 21, n. esp., 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400005>>. Acesso em: 22 maio 2022.

BULHÕES, Octavio Gouvêa. **Coleção História contada do Bacen**: Octavio Gouvêa de Bulhões. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **História econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CARDOSO, Fernanda. **Nove clássicos do desenvolvimento econômico**. Jundiaí: Paco, 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 497-519.

CARNEIRO, Ricardo de Medeiros. Velhos e novos desenvolvimentismos. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. esp., 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400003>>. Acesso em: 22 maio 2022.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CARVALHO, Laura; ROSSI, Pedro. Mitos fiscais, dívida pública e tamanho do Estado. Em: DWECK, Esther *et al.* (Orgs.). **Economia pós-pandemia**: desmontando os mitos da austeridade fiscal. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 39-49.

CARVALHO, Lorena Carolina T.; COSTA FILHO, Samuel. Ajuste fiscal na economia brasileira a partir de 2014. In: ENCONTRO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 6., 2019. **Anais do VI Encontro Científico do Programa de Pós-Graduação em Economia**. Araraquara, 2019. Disponível em: <<https://www.fclar.unesp.br/#!/pos-graduacao/stricto-sensu/economia/eventos/2019/>>. Acesso em: 22 maio 2022.

CASTRO, Lavinia Barros. Esperança, frustração e aprendizado: a história da Nova República (1985-1989). Em: GIAMBIAGI, Fabio *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 97-130.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). **Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação**: fundamentos da sociologia de Max Weber. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

COOPER, Frederick. **Histórias de África**: capitalismo, modernidade e globalização. Coimbra: Edições 70, 2016.

COSENTINO, Daniel do Val; GAMBI, Thiago Fontelas R. (Orgs.). **História do pensamento econômico**: pensamento econômico brasileiro. São Paulo: Hucitec, 2019.

COSTA, Fernando Nogueira. Desenvolvimento do desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo. **Texto para Discussão**, n. 205, maio 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Never ending nightmare**: the neoliberal assault on democracy. London: Verso Books, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. Sobre o diagnóstico falacioso da situação fiscal brasileira. In: DWECK, Esther *et al.* (Org.). **Economia pós-pandemia**: desmontando os mitos da austeridade fiscal. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. p. 67-80.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: UNESP; Boitempo, 1997.

ERBER, Fabio S. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31572011000100002>>. Acesso em: 22 maio 2022.

FARIA, Ivan Gambus; SILVA, Victor Cruz e; CAVALIERI, Marco Antonio Ribas. Eugênio Gudim e as influências internacionais na defesa de sua agenda econômica liberal: o hiperemprego e o livre-comércio. **Análise Econômica**, v. 38, n. 77, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2176-5456.86681>>. Acesso em: 22 maio 2022.

FEIJÓ, Carmem; ARAÚJO, Eliane C.; BRESSER-PEREIRA, Luiz C. Política monetária no Brasil em tempos de pandemia. **Revista de Economia Política**, v. 42, n. 1, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572022-3353>>. Acesso em: 22 maio 2022.

FENDT, Robert. Monetarismo. In: BUSATO, Maria Isabel *et al.* (Orgs.). **Escolas da macroeconomia**. Conselho Regional de Economia 1ª região. Rio de Janeiro: Albatroz, 2015. p. 39-45.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio M.; GONÇALVES, Reinaldo. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2007.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. O projeto desenvolvimentista no Brasil: histórico e desafios da atualidade. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 11, n. 19, 2016. Disponível em: <<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/7>>. Acesso em: 22 maio 2022.

FRAGA, Diego José N. Mídia, experts e neoliberalismo: economistas e outras vozes no Jornal Folha de São Paulo. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, v. 9, n. 16, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/21832>>. Acesso em: 22 maio 2022.

FRANCO, Gustavo H. B. A inserção externa e o desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 18, n. 3, 1998.

FRANK, André G. The development of underdevelopment. **Monthly Review**, v. 18, n. 4, 1966. Disponível em: <https://monthlyreviewarchives.org/index.php/mr/article/view/MR-018-04-1966-08_3>. Acesso em: 22 maio 2022.

FURSTENAU, Vivian. Inflação: monetaristas e estruturalistas. **Ensaio FEE**, v. 2, n. 2, 1981. Disponível em: <<https://revistas.dee.spogg.rs.gov.br/index.php/ensaio/article/view/131>>. Acesso em: 22 maio 2022.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2016. Originalmente publicado em 1961.

GALA, Paulo. **Perspectivas macroeconômicas**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

GIAMBIAGI, Fabio. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI, Fabio *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 165-196.

GIAMBIAGI, Fabio; SCHWARTSMAN, Alexandre. **Complacência**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

GUDIN, Eugênio. Carta à Comissão de Planejamento. In: SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea; Inpes, 2010a. p. 181-196. Originalmente publicado em 1977.

GUDIN, Eugênio. Rumos de política econômica In: SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea; Inpes, 2010b. p. 51-126. Originalmente publicado em 1977.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Editora Loyola, 2014.

HAYKE, Friedrich A. **O caminho da servidão**. São Paulo: LVM Editora, 2010. Originalmente publicado em 1944.

HERMANN, Jennifer. Reformas, endividamento externo e o “milagre” econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fabio *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 49-72.

IVO, Anete B. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Caderno CRH**, v. 25, n. 65, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792012000200002>>. Acesso em: 22 maio 2022.

KELLER, Vilma. Eugenio Gudin Filho. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Rio de Janeiro, c2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eugenio-gudin-filho>>. Acesso em: 22 maio 2022.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**. A ascensão do capitalismo do desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LEVY, Paulo M.; VILLELA, Renato (Orgs.). Uma agenda para o crescimento econômico e a redução da pobreza. **Texto para Discussão**, n. 1234, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1823?mode=full>>. Acesso em: 22 maio 2022.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos; COSTA, Ana Maria; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. Reforma da Previdência: o golpe fatal na seguridade social brasileira. **Saúde Debate**, v. 43, n. 120, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-1104201912000>>. Acesso em: 22 maio 2022.

LOPREATO, Francisco. O papel da política fiscal: um exame da visão convencional. **Texto para Discussão**, n. 119, 2006.

LOUREIRO, Maria Rita. A participação dos economistas no Governo. **Análise**, v. 17, n. 2, p. 345-359, 2006. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/face/article/view/314>>. Acesso em: 22 maio 2022.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; ROSA, Carlos Alberto. Radiografia da alta burocracia federal brasileira: o caso do Ministério da Fazenda. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 4, 1998. Disponível em: <<https://doi.org/10.21874/rsp.v49i4.400>>. Acesso em: 22 maio 2022.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. Protecionismo como instrumento de desenvolvimento. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 20, n. 42, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.47240/revistadaesg.v20i42>>. Acesso em: 22 maio 2022.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

MARCONI, Nelson; ROCHA, Marcos. Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce: o caso brasileiro. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. esp., 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400007>>. Acesso em: 22 maio 2022.

MARINI, Ruy M. **Dialética de la dependencia**. Ciudad de México: ERA, 1973.

MOLLO, Maria de Lourdes R. Ortodoxia e heterodoxia monetárias: a questão da neutralidade da moeda. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 3, 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-35172004-1619>>. Acesso em: 22 maio 2022.

MONTES, Gabriel C.; ALMEIDA, André F. G. Compromisso fiscal, expectativas empresariais e produção industrial: o caso brasileiro. **Revista Brasileira de Economia**, v. 70, n. 2, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.5935/0034-7140.20160011>>. Acesso em: 22 maio 2022.

MOORE JUNIOR, Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NICÁCIO, Ana C.; ROSSI, Pedro. Fases da política cambial no Brasil de 1999 a 2018. **A Economia em Revista**, v. 28, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/55057>>. Acesso em: 22 maio 2022.

NOVELLI, José Marcos N. A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula (1995-2006). **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200014>>. Acesso em: 22 maio 2022.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2011. Originalmente publicado em 2003.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000200003>>. Acesso em: 22 maio 2022.

OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. O novo-desenvolvimentismo e seus críticos. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 11, n. 19, p. 167-179, 2016. Disponível em: <<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/10>>. Acesso em: 22 maio 2022.

PANELLI, Luiz Felipe. Nova direita não deve aceitar ser chamada de neoliberal. Folha de São Paulo, 02 abr. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2021/04/nova-direita-nao-deve-aceitar-ser-chamada-de-neoliberal.shtml>>. Acesso em: 22 maio 2022.

PAULA, Luis Gustavo N.; CAVALIERI, Marco. **Oferta e demanda de economistas de governo no Brasil**. 2021. Disponível em: <https://www.anpec.org.br/encontro/2021/submissao/files_l/i1-ffc72245dd5786cf16f8bef1d5cb0ffc.pdf>. Acesso em: 22 maio 2022.

PESSOA, Samuel. Será que o Brasil está finalmente vacinado contra o populismo econômico? **Conjuntura Econômica**, p. 12-13, abr. 2018. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/77248/74032>>. Acesso em: 22 maio 2022.

PIRES, Murilo; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 3, 2009. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/367>>. Acesso em: 22 maio 2022.

PRADO, Fernando Correa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo**. 2015. 167 f. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. Em: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 69-136.

RABELLO, Paulo de Castro. **O mito do governo grátis: o mal das políticas econômicas ilusórias e as lições de 13 países para o Brasil mudar**. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2014.

RAGIN, Charles. **Redesigning social inquiry Fuzzy sets and beyond**. Chicago: University of Chicago Press, 2008.

RALLO, Juan Ramón. Você sabe o que realmente significa ‘neoliberalismo’? **Mises Brasil**, 25 out. 2016. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/2542/voce-sabe-o-que-realmente-significa-neoliberalismo>>. Acesso em: 22 maio 2022.

RICARDO, Davis. **Princípio de economia política e tributação**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996. (Coleção Os Economistas).

RIZZO, Marcelo Augusto P. **Da politização da economia à economicização da política**: uma história do pensamento econômico liberal e neoliberal no Brasil. 2019. 555 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

ROCHA, Camila. “**Menos Marx, mais Mises**”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. 233 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RODNEY, Walter. **De cómo Europa subdesarrolló a África**. México, D.F: Siglo Veintiuno Editores, 1982. Originalmente publicada em 1972.

ROSSI, Pedro. **Taxa de câmbio e política cambial no Brasil**: teoria, institucionalidade, papel da arbitragem e da especulação. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

ROSSI, Pedro; DWECK; Esther; ARANTES, Flávio. Economia política da austeridade. In: ROSSI, Pedro; DWECK; Esther; OLIVEIRA, Ana Luiza M (Org.). **Economia para poucos**: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. p. 14-31.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAES, Flávio A. M; SAES, Alexandre. O pensamento econômico brasileiro no século XX: uma breve nota sobre as principais tendências e rupturas. **Boletim de Informações Fipe**, n. 426, p. 44-52, 2016.

SALLUM JUNIOR, Brasílio. Governo Collor: o reformismo liberal e a nova orientação da política externa brasileira. **Revista Dados**, v. 54, n. 2, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000200002>>. Acesso em: 22 maio 2022.

SALLUM JUNIOR, Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, p. 23-47, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-20701999000200003>>. Acesso em: 22 maio 2022.

SALOMÃO, Ivan Colangelo (Org.). **Os homens do hofre**: o que pensavam os ministros da Fazenda do Brasil Republicano (1889 – 1985). São Paulo: Unesp, 2021.

SANTOS, Marcelo Henrique Pereira. Roberto de Oliveira Campos: homem de ação do governo Castelo Branco. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 2, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000200014>>. Acesso em: 22 maio 2022.

SANTOS, Reinaldo Souza *et al.* Reestruturação produtiva do Estado brasileiro na perspectiva do projeto neoliberal. **Revista de Administração Pública**, v. 38, n. 1, p. 7-33, 2004. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6525>>. Acesso em: 22 maio 2022.

SICSÚ, João. Teoria e evidências do regime de metas inflacionárias. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 1, p. 24-35, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-31572002-1269>>. Acesso em: 22 maio 2022.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando; MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, v. 27, n. 4, p. 507-524, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-31572007000400001>>. Acesso em: 22 maio 2022.

SILVA, Fabiana de Lima. **O sistema de metas de inflação e a crítica pós-keynesiana**: uma aplicação para o Brasil. 2009. 141 f. Dissertação (Mestrado em Economia Política) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVEIRA, Marcelo; ANGELI, Eduardo; SALOMÃO, Ivan C. Novo-desenvolvimentismo: uma sistematização teórica. **Economia Ensaios**, v. 36, n. 2, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/REE-v36n2a2021-57840>>. Acesso em: 22 maio 2022.

SILVEIRA, Stefano José C.; RATHMANN, Régis. Uma breve análise do PAC como base retrospectiva dos planos econômicos dos governos militares no Brasil entre 1964 e 1985. **Estudos do CEPE**, n. 25, p. 4-20, 2007. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/307708783_UMA_BREVE_ANALISE_DO_PAC_TENDO_COMO_BASE_A_RETROSPECTIVA_DOS_PLANOS_ECONOMICOS_DOS_GOVERNOS_MILITARES_NO_BRASIL_ENTRE_1964_E_1985>. Acesso em: 22 maio 2022.

SIMONSEN, Roberto. A planificação da economia brasileira. In: SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea; Inpes, 2010.

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea; Inpes, 2010.

SOUZA, Sérgio Alves. **Uma aplicação dos tipos ideais weberianos**. 2006. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/7/enanpad2003-epa-0290.pdf>. Acesso em: 22 maio 2022.

STONE, Diane. Think tanks and policy advice in countries in transition. In: ASIAN DEVELOPMENT BANK INSTITUTE SYMPOSIUM: "How to Strengthen Policy-Oriented Research and Training in Viet Nam". **Asian Development Bank Institute Symposium**. 2005. p. 1-21. Disponível em: <<https://think-asia.org/bitstream/handle/11540/3624/2005.09.dp36.think.tanks.ifppt.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 22 maio 2022.

STUDENTS FOR LIBERTY. **Desenvolvimento Econômico**. c2020. Disponível em: <<https://studentsforliberty.org/brazil/blog/livre-mercado/desenvolvimento-economico/>>. Acesso em: 22 maio 2022.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. **O subdesenvolvimento Latino-americano e a teoria do desenvolvimento**: os conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fórum Editora; Libreria Hachette; ILPES, 1974.

TAVARES, Maria da Conceição; SERRA, José. Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente no Brasil. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000. p. 589-608.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco de poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. esp., 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-06182012000400009>>. Acesso em: 22 maio 2022.

TIPPS, Dean C. Modernization theory and the comparative study of societies: a critical perspective. **Comparative Studies in Society and History**, v. 15, n. 2, p. 199-226, 1973. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/178351>>. Acesso em: 22 maio 2022.

VASNCONCELLOS, Marco A.; GREMAUD, Amaury; TONETO JÚNIOR, Rudinei. **Economia Brasileira Contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

VELLOSO, João Paulo dos Reis. Apresentação. In: SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. Rio de Janeiro: Ipea; Inpes, 2010. p. 11-17.

VIANNA, Sérgio B.; VILLELA, André. O pós-Guerra (1945-1955). In: GIAMBIAGI, Fabio *et al.* **Economia brasileira contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 1-24.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2012. v. 1.

WILLIAMSON, John B. What Washington means by policy reform. In: WILLIAMSON, John B. (Ed.). **Latin American adjustment**: how much has happened? Washington: Institute for International Economics, 1990. Disponível em: <http://www.papelesdesociedad.info/IMG/pdf/john_williamson_what_washington_means_by_policy_reform-2.pdf>. Acesso em: 22 maio 2022.

ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

APÊNDICE A – Quadro de correspondência das reportagens por sobrenome do ministro/ano com suas respectivas referências

BARBOSA 2015a	CRUZ, Valdo. Novo ministro da Fazenda, Barbosa quer meta para conter gastos em 2017. Folha de São Paulo , 18 dez. 2015. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1720847-novo-ministro-da-fazenda-barbosa-quer-meta-para-conter-gastos-em-2017.shtml >. Acesso em: 22 maio 2022.
BARBOSA 2015b	DIREÇÃO da política econômica mantém foco no ajuste fiscal e na redução da inflação, diz Barbosa. Portal do Governo , 21 dez. 2015. Disponível em: < https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/planejamento/direcao-da-politica-economica-mantem-foco-no-ajuste-fiscal-e-na-reducao-da-inflacao-diz-barbosa >. Acesso em: 22 maio 2022.
BARBOSA 2015c	BARBOSA defende equilíbrio das contas públicas. Portal do Governo , 22 dez. 2015. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2015/dezembro/barbosa-defende-equilibrio-das-contas-publicas >. Acesso em: 22 maio 2022.
BARBOSA 2016a	BARBOSA, Nelson. Discurso do ministro Nelson Barbosa durante reunião do CDES. Portal do Governo , 28 jan. 2016a. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2016/janeiro/integra-do-discurso-cdes >. Acesso em: 22 maio 2022.
BARBOSA 2016b	FERNANDES, Sofia. Barbosa defende que rebaixamento da nota de crédito brasileira é temporário. Folha de São Paulo , 17 fev. 2016. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1740485-barbosa-defende-que-rebaixamento-da-nota-de-credito-brasileira-e-temporario.shtml >. Acesso em: 22 maio 2022.
BARBOSA 2016c	CUCOLO, Eduardo; FERNANDES, Sofia; CRUZ, Valdo. Para conter gastos, governo pode até congelar salário mínimo. Folha de São Paulo , 19 fev. 2016. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/02/1741148-para-conter-gastos-governo-pode-ate-congelar-salario-minimo.shtml >. Acesso em: 22 maio 2022.
BARBOSA 2016d	AMORA, Dimmi; CUCOLO, Eduardo. Elevando tom, ministro da Fazenda diz que precisa recuperar empregos. Folha de São Paulo , 21 mar. 2016. Disponível em: < https://m.folha.uol.com.br/mercado/2016/03/1752524-elevando-tom-ministro-da-fazenda-diz-que-precisa-recuperar-empregos.shtml >. Acesso em: 22 maio 2022.
BARBOSA 2016e	NELSON BARBOSA apresenta proposta de readequação fiscal para 2016. Portal do Governo , 23 mar. 2016. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2016/marco/ministro-da-fazenda-comenta-projeto-de-lei-que-propoe-alteracao-da-ldo-2016-1 > . Acesso em: 22 maio 2022.
GUARDIA 2018a	CARAM, Bernarndo; FERNANDES, Talita; WIZIACK, Julio. Orçamento de 2019 tem corte de 12% em investimentos. Folha de São Paulo , 31 ago. 2018. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/08/orcamento-de-2019-tem-corte-de-12-em-investimentos.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
GUARDIA 2018b	LIMA, Flávia. Retomada do investimento não virá do governo, diz ministro da Fazenda. Folha de São Paulo , 3 set. 2018. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/09/retomada-do-investimento-nao-vira-do-governo-diz-ministro-da-fazenda.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
GUARDIA 2018c	GUARDIA, Eduardo. Oportunidades e desafios da economia brasileira. Folha de São Paulo , 31 dez. 2018. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2018/12/oportunidades-e-desafios-da-economia-brasileira.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
GUEDES 2022a	PUPO, Fabio; TOMAZELLI, Idiana. Governo reduz IPI de carro, geladeira,

	celular e TV. Folha de São Paulo , 25 fev. 2022. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/governo-reduz-ipi-de-forma-linear-em-25-cigarros-ficam-de-fora.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
GUEDES 2022b	IRAJÁ, Victor. Guedes promete (de novo) quatro privatizações este ano. Veja , 24 mar. 2022. Disponível em: < https://veja.abril.com.br/economia/guedes-promete-de-novo-quatro-privatizacoes-esse-ano/ >. Acesso em: 23 maio 2022.
GUEDES 2021a	POOLER, Michael; HARRIS, Bryan. Boom de commodities e desindustrialização colocam Brasil em encruzilhada. Folha de São Paulo , 26 jul. 2021. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/07/boom-de-commodities-e-desindustrializacao-colocam-brasil-em-encruzilhada.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
GUEDES 2021b	CARAM, Bernardo. Guedes diz que dólar deveria estar descendo, mas barulho político não deixa. Folha de São Paulo , 14 set. 2021. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/09/guedes-diz-que-dolar-deveria-estar-descendo-mas-barulho-politico-nao-deixa.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
GUEDES 2021c	MACHADO, Renato. 'A gente vai sair junto', diz Bolsonaro ao lado de Guedes. Folha de São Paulo , 24 out. 2021. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/a-gente-vai-sair-junto-diz-bolsonaro-sobre-guedes.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
GUEDES 2020a	FLOR, Ana. Em Davos, Guedes diz ter ouvido de investidores maior otimismo com o Brasil. Globo News , 23 jan. 2020. Disponível em: < https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/01/23/em-davos-guedes-ouve-de-investidores-maior-otimismo-com-o-brasil.ghtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
GUEDES 2020b	CARAM, Bernardo. Doméstica ia para Disney com dólar barato, 'uma festa danada', diz Guedes. Folha de São Paulo , 12 fev. 2020. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/domestica-ia-para-disney-com-dolar-barato-diz-guedes-uma-festa-danada.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
GUEDES 2020c	CARAM, Bernardo. Governo não vai usar dinheiro que falta na saúde para salvar grandes empresas, diz Guedes. Folha de São Paulo , 29 abr. 2020. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/governo-nao-vai-usar-dinheiro-que-falta-na-saude-para-salvar-grandes-empresas-diz-guedes.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
GUEDES 2020d	PUPO, Fábio; WIZIACK, Julio. Guedes contraria agenda liberal e diz que governo entrará como sócio para salvar aéreas. Folha de São Paulo , 19 maio 2020. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/guedes-contraria-agenda-liberal-e-diz-que-governo-entrara-como-socio-para-salvar-aereas.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
GUEDES 2019a	CARAM, Bernardo; CARNEIRO, Mariana; SALOMÃO, Alexa. Se reforma da Previdência não passar, caminho é desvincular gastos, diz Guedes. Folha de São Paulo , 2 jan. 2019. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/01/guedes-sugere-plano-alternativo-se-aprovacao-de-reforma-da-previdencia-falhar.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
GUEDES 2019b	RESENDE, Thiago; BRANT, Danielle. Guedes vê economia no 'fundo do poço' e indica redução da alta do PIB para 1,5%. Folha de São Paulo , 14 maio 2019. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/governo-confirma-que-vai-revisar-alta-do-pib-para-menos-de-2-no-ano.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
GUEDES 2019c	GAIER, Rodrigo Viga. Paulo Guedes diz que 'buraco negro fiscal' impede investimento no país. Folha de São Paulo , 15 maio 2019. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/05/paulo-guedes-diz-que-buraco-negro-fiscal-impede-investimento-no-pais.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.

GUEDES 2019d	MARTÍNEZ-VARGAS, Ivan; CUCOLO, Eduardo. Governo quer travar salário de servidor de entes que gastam muito com folha, diz Guedes. Folha de São Paulo , 10 out. 2019. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/10/governo-quer-travar-salario-de-servidor-de-entes-que-gastam-muito-com-folha-diz-guedes.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
LEVY 2015a	CONFIRA a íntegra do discurso de posse do novo ministro da Fazenda, Joaquim Levy. Portal do Governo , 5 jan. 2015. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2015/janeiro/discurso-de-posse-do-novo-ministro-da-fazenda-joaquim-levy >. Acesso em: 23 maio 2022.
LEVY 2015b	CUCOLO, Eduardo. Levy diz que ajuste fiscal é "crucial" para preservar conquistas sociais. Folha de São Paulo , 11 fev. 2015. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/02/1588336-levy-diz-que-ajuste-fiscal-e-crucial-para-preservar-conquistas-sociais.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
LEVY 2015c	INTEGRA das respostas do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, ao jornal O Globo. Portal do Governo , 10 mar. 2015. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2015/marco/integra-das-respostas-do-ministro-da-fazenda-joaquim-levy-ao-jornal-o-globo >. Acesso em: 23 maio 2022.
LEVY 2015d	PAPEL do governo é "criar o palco para o setor privado", diz Levy. Folha de São Paulo , 12 maio 2015. Disponível em: < https://m.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1628274-papel-do-governo-e-criar-o-palco-para-o-setor-privado-diz-levy.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
LEVY 2015e	BERLINCK, Deborah. 'A produção industrial vai virar', diz Levy após pior resultado desde 2011. Folha de São Paulo , 2 jun. 2015. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1636892-a-producao-industrial-vai-virar-diz-levy-apos-pior-resultado-desde-2011.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
LEVY 2015f	LEVY diz que segunda fase do programa de concessões em logística será "choque positivo" na competitividade do País. Portal do Governo , 15 jun. 2015. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/centrais-de-conteudos/audios/2015/levy-diz-que-segunda-fase-do-programa-de-concessoes-em-logistica-sera-choque-positivo-na-competitividade-do-pais >. Acesso em: 23 maio 2022.
LEVY 2015g	"QUANDO o risco fiscal é controlado, a economia se recupera rapidamente", diz Levy. Portal do Governo , 7 out. 2015. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2015/outubro/201cquando-o-risco-fiscal-e-controlado-a-economia-se-recupera-rapidamente201d-diz-levy >. Acesso em: 23 maio 2022.
LEVY 2015h	LEVY: "O país tem inúmeros vetores de crescimento". Portal do Governo , 23 nov. 2015. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2015/novembro/levy-201co-pais-tem-inumeros-vetores-de-crescimento201d >. Acesso em: 23 maio 2022.
LEVY 2015i	CUCOLO, Eduardo. Levy confirma que governo estuda proteção ao aço brasileiro. Folha de São Paulo , 18 nov. 2015. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/11/1707931-levy-confirma-que-governo-estuda-protacao-ao-aco-brasileiro.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
LEVY 2015j	SCIARRETTA, Toni. Levy fala em 'ano atípico' e defende reforma da Previdência Social. Folha de São Paulo , 10 dez. 2015. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1717397-levy-fala-em-ano-atipico-e-defende-reforma-da-previdencia-social.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
LEVY 2015k	MARTTINA, Luana. Levy nega que vá deixar governo caso superavit de 0,7% não seja aprovado. Folha de São Paulo , 11 dez. 2015. Disponível em: < https://m.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1717921-levy-nega-que-va-deixar-governo-caso-superavit-de-07-nao-seja-aprovado.shtml >. Acesso em:

	23 maio 2022.
LEVY 2015l	HAUBERT, Mariana. Agora temos que defender o Brasil, diz Levy sobre rebaixamento da nota. Folha de São Paulo , 16 dez. 2015. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/12/1719721-agora-temos-que-defender-o-brasil-diz-levy-sobre-rebaixamento-da-nota.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
MALAN 2002a	MIGNONE, Ricardo. Equipe econômica cobra "responsabilidade" de próximo presidente. Folha de São Paulo , 13 maio 2002. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33544.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
MALAN 2002b	ENTREVISTA do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, divulgada na manhã de 02/07/2002 pela agência Broadcast. PSDB , 05 jul. 2002. Disponível em: < https://www.psd.org.br/acompanhe/noticias/entrevista-do-ministro-da-fazenda-pedro-malan-divulgada-na-manha-de-02072002-pela-agencia-broadcast >. Acesso em: 23 maio 2022.
MALAN 2002c	GRABOIS, Ana Paula. Malan prevê expansão de linhas internacionais para o Brasil. Folha de São Paulo , 13 set. 2002. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u55411.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
MALAN 2001a	SOARES, Pedro. Crise não justifica dinheiro estatal em energia, diz Malan. Folha de São Paulo , 26 jun. 2001. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u24895.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
MALAN 2001b	LO PRETE, Renata. Malan afirma que "o Brasil não é fácil". Folha de São Paulo , 02 set. 2001. (2001b) Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0209200110.htm >. Acesso em: 23 maio 2022.
MALAN 2001c	MALAN defende substituição de importações. Folha de São Paulo , 30 nov. 2001. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3011200115.htm >. Acesso em: 23 maio 2022.
MALAN 1999a	ADACHI, Vanessa. "Canetada" não traz progresso, diz Malan. Folha de São Paulo , 22 maio 1999. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/bsp/brasil/fc22059904.htm >. Acesso em: 23 maio 2022.
MALAN 1999b	"SEM RESPONSABILIDADE fiscal, não há desenvolvimento". Portal do Senado , 15 ago. 1999. Disponível em: < https://www.senado.leg.br/noticias/OpinioPublica/inc/senamidia/historico/1999/8/zn081524.htm >. Acesso em: 23 maio 2022.
MALAN 1999c	MALAN prevê valorização do câmbio. Folha de São Paulo , 8 dez. 1999. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/bsp/dinheiro/fi0812199921.htm >. Acesso em: 23 maio 2022.
MALAN 1998a	MALAN descarta 'protecionismo generalizado'. Folha de São Paulo , 17 jan. 1998. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/bsp/dinheiro/fi170114.htm >. Acesso em: 23 maio 2022.
MALAN 1998b	PIRES, Cláudia. Desemprego foi surpresa, diz Malan. Folha de São Paulo , 14 mar. 1998. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/bsp/dinheiro/fi14039815.htm >. Acesso em: 23 maio 2022.
MALAN 1998c	MALAN defende processo de privatizações. Portal do Governo , 17 jun. 1998. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/1998/r980617 >. Acesso em: 23 maio 2022.
MALAN 1997a	DA SILVA, Carlos Eduardo. Poupança interna tem de crescer, diz Malan. Folha de São Paulo , 29 abr. 1997. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/bsp/dinheiro/fi290409.htm >. Acesso em: 23 maio 2022.
MALAN 1997b	GONZÁLEZ, Christianne. Prejudicado deve ir à Justiça, afirma Malan. Folha de São Paulo , 14 jun. 1997. Disponível em:

	< https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/6/14/dinheiro/9.html >. Acesso em: 23 maio 2022.
MALAN 1996a	NA TV, Malan critica o 'fisiologismo'. Folha de São Paulo , 25 maio 1996. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/5/25/brasil/22.html >. Acesso em: 23 maio 2022.
MALAN 1996b	ROSSI, Clóvis. Malan acha acordo 'aquém' do esperado. Folha de São Paulo , 04 fev. 1996. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/2/04/brasil/12.html >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2014a	BRASIL reduziu desemprego e desigualdade mesmo com crise externa. Portal do Governo , 29 abr. 2014. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2014/abril/brasil-reduziu-desemprego-e-desigualdade-mesmo-com-crise-externa >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2014b	DA COSTA, Machado. Mantega promete ajustes fiscais em 2015, caso Dilma seja reeleita. Folha de São Paulo , 15 set. 2014. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/09/1516180-mantega-promete-ajustes-fiscais-em-2015-caso-dilma-seja-reeleita.shtml?cmpid=menupe >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2013	GOVERNO não vai deixar câmbio derreter, diz Mantega. Folha de São Paulo , 30 jan. 2013. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/01/1223123-governo-nao-vai-deixar-cambio-derreter-diz-mantega.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2012a	PAC e Minha Casa Minha Vida serão preservados de corte do Orçamento. Portal do Governo , 23 jan. 2012. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2012/janeiro/pac-e-minha-casa-minha-vida-serao-preservados-de-corte-do-orcamento >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2012b	GOVERNO tem 'arsenal de medidas' para conter valorização do real. Portal do Governo , 06 mar. 2012. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2012/marco/governo-tem-2018arsenal-de-medidas2019-para-conter-valorizacao-do-real >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2012c	"NÃO PERMITIREMOS a criação de bolhas financeiras e nem a especulação do real", afirma ministro. Portal do Governo , 07 mar. 2012. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2012/marco/201cnao-permitiremos-a-criacao-de-bolhas-financeiras-e-nem-a-especulacao-do-real201d-afirma-ministro >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2012d	SEGUNDO MINISTRO, regras do novo regime estão de acordo com as da OMC. Portal do Governo , 04 out. 2012. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2012/outubro/segundo-ministro-regras-do-novo-regime-estao-de-acordo-com-as-da-omc >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2012e	NÍVEL de investimentos no Brasil será dinamizado por concessões este ano, diz ministro da Fazenda. Portal do Governo , 26 nov. 2012. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2013/novembro/nivel-de-investimentos-no-brasil-sera-dinamizado-por-concessoes-este-ano-diz-ministro-da-fazenda >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2011a	LUCENA, Eleonora de. Primeiras ações de Dilma parecem governo 'Lula 3', diz Mantega. Folha de São Paulo , 27 fev. 2011. Disponível em: < https://m.folha.uol.com.br/poder/2011/02/881514-primeiras-acoes-de-dilma-parecem-governo-lula-3-diz-mantega.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2011b	MANTEGA reafirma que estagnação da economia americana prejudica setor manufatureiro. Portal do Governo , 23 ago. 2011. (2011b). Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2011/agosto/mantega-reafirma-que-estagnacao-da-economia-americana-prejudica-setor-manufatureiro >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2011c	PREOCUPAÇÃO é manter em alta as taxas de investimento. Portal do Governo , 23 nov. 2011. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2011/novembro/preocupacao-e-manter-em-alta-as >

	taxas-de-investimento >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2011d	NOVAS emissões podem acontecer ainda este ano, afirma secretário. Portal do Governo , 07 dez. 2011. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2011/dezembro/a071211 >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2010	MANTEGA: a Empresa Brasileira de Seguros é uma necessidade para o País. Portal do Governo , 13 jul. 2010. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2010/julho/mantega-a-empresa-brasileira-de-seguros-e-uma-necessidade-para-opais >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2009a	MANTEGA: "Vamos seguir nossa rota para o desenvolvimento". Portal do Governo , 03 fev. 2009. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2009/fevereiro/mantega-201cvamos-seguir-nossa-rota-para-o-desenvolvimento201d >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2009b	GOVERNO poderá cortar gastos para manter superávit em 2010. Portal do Governo , 21 set. 2009. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2009/setembro/a210909 >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2008	CRUZ, Valdo; ROCHA, Juliana. Governo tributa capitais de curto prazo. Folha de São Paulo , 13 mar. 2008. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1303200826.htm >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2007a	LEIA a íntegra do discurso do ministro Guido Mantega sobre o PAC. Folha de São Paulo , 22 jan. 2007. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u113899.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2007b	ZIMMERMANN, Patrícia. Mantega defende "agenda aberta" em debates sobre Previdência. Folha de São Paulo , 12 fev. 2007. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u114443.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2007c	DIANNI, Cláudia. Governo protege calçado e indústria têxtil. Folha de São Paulo , 26 abr. 2007. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2604200702.htm >. Acesso em: 23 maio 2022.
MANTEGA 2006	WHEATLEY, Jonathan. Mantega é criticado por fala sobre Previdência. Folha de São Paulo , 2 abr. 2006. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0204200607.htm >. Acesso em: 23 maio 2022.
MEIRELLES 2017a	BRASIL desperta interesse de investidores e empresários em Davos, diz Meirelles. Portal do Governo , 17 jan. 2017. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2017/janeiro/brasil-desperta-interesse-de-investidores-e-empresarios-em-davos-diz-meirelles >. Acesso em: 23 maio 2022.
MEIRELLES 2017b	REFORMAS estruturais e estímulo ao emprego são o principal desafio do Brasil, diz Meirelles. Portal do Governo , 18 jan. 2017. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2017/janeiro/reformas-estruturais-e-estimulo-ao-emprego-sao-o-principal-desafio-do-brasil-diz-meirelles >. Acesso em: 23 maio 2022.
MEIRELLES 2017c	MEIRELLES: reforma da Previdência é uma necessidade. Portal do Governo , 17 abr. 2017. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2017/abril/meirelles-diz-que-reforma-da-previdencia-e-uma-necessidade >. Acesso em: 23 maio 2022.
MEIRELLES 2017d	FLECK, Isabel. Meirelles condena protecionismo de países desenvolvidos no FMI. Folha de São Paulo , 22 abr. 2017. Disponível em: < https://m.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1877718-meirelles-dira-no-fmi-que-recessao-brasileira-esta-chegando-ao-fim.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
MEIRELLES 2017e	BUARQUE, Daniel. Meirelles diz haver 'planos concretos' de investidores para o Brasil. Folha de São Paulo , 25 set. 2017. Disponível em: < https://m.folha.uol.com.br/mercado/2017/09/1921615-meirelles-diz-haver-planos-concretos-de-investidores-para-o-brasil.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.

MEIRELLES 2016a	GOVERNO anuncia meta de déficit primário de R\$ 163,9 bi para o setor público em 2016. Portal do Governo , 20 maio 2016. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2016/maio/200bgoverno-anuncia-meta-de-deficit-primario-de-r-163-9-bilhoes-para-o-setor-publico-em-2016 >. Acesso em: 23 maio 2022.
MEIRELLES 2016b	PARA RECUPERAR o crescimento é preciso restaurar a confiança na solvência do Estado, diz Meirelles. Portal do Governo , 23 jun. 2016. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2016/junho/para-recuperar-o-crescimento-e-preciso-restaurar-a-confianca-na-solvencia-do-estado-diz-meirelles >. Acesso em: 23 maio 2022.
MEIRELLES 2016c	ALEGRETTI, Laís. Meirelles defende privatização de estatais aptas a serem vendidas. Folha de São Paulo , 10 ago. 2016. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/08/1801244-meirelles-defende-privatizacao-de-estatais-aptas-a-serem-vendidas.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
MEIRELLES 2016d	MEREILLES diz que confiança e interesse externo no Brasil estão voltando. Portal do Governo , 05 set. 2016. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2016/setembro/mereilles-diz-que-confianca-e-interesse-externo-no-brasil-estao-voltando >. Acesso em: 23 maio 2022.
MEIRELLES 2016e	MEIRELLES: PEC 241 não é corte, mas projeto gradual para limitar gastos. Portal do Governo , 21 set. 2016. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2016/setembro/meirelles-pec-241-nao-e-corte-mas-projeto-gradual-para-limitar-gastos >. Acesso em: 23 maio 2022.
MEIRELLES 2016f	MEIRELLES defende PEC do teto dos gastos públicos em rede nacional de televisão e rádio. Portal do Governo , 06 out. 2016. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2016/outubro/meirelles-faz-pronunciamento-em-rede-nacional-de-televisao-e-radio >. Acesso em: 23 maio 2022.
MEIRELLES 2016g	ARTIGO: O novo regime fiscal. Portal do Governo , 14 out. 2016. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/arquivos/sala-de-imprensa/artigos/2016/artigo-o-novo-regime-fiscal >. Acesso em: 23 maio 2022.
PALOCCI 2006	RIBEIRO, Ana Paula. País quer atrair investimento externo pela redução de impostos, diz Palocci. Folha de São Paulo , 26 jan. 2006. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u104663.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
PALOCCI 2005a	PORTES, Ivone. Palocci defende "solução de mercado" para a Varig. Folha de São Paulo , 8 mar. 2005. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u94134.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
PALOCCI 2005b	PIMENTA, Ângela. Câmbio 'não pode agradar a todos', diz Palocci em NY. Folha de São Paulo , 18 abr. 2005. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u41651.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
PALOCCI 2005c	TREVISAN, Cláudia; SOARES, Pedro. Palocci quer aperto fiscal de longo prazo. Folha de São Paulo , 10 maio 2005. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1005200502.htm >. Acesso em: 23 maio 2022.
PALOCCI 2004a	CÂMBIO permanecerá flutuante, diz Palocci. Folha de São Paulo , 24 nov. 2004. (2004a). Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2411200433.htm >. Acesso em: 23 maio 2022.
PALOCCI 2004b	"UTOPIA é crescer e distribuir renda", diz Palocci. Folha de São Paulo , 22 nov. 2004. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2212200403.htm >. Acesso em: 23 maio 2022.

PALOCCI 2003a	VEJA a íntegra do discurso do ministro Antonio Palocci. Folha de São Paulo , 02 jan. 2003. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u61397.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
PALOCCI 2003b	MANFRINI, Sandra. Palocci promete "disputa comercial para valer" após reunião com Lamy. Folha de São Paulo , 31 jan. 2003. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u62754.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
PALOCCI 2003c	FUTEMA, Fabiana. Queda de risco país ajuda a equilibrar contas, diz Palocci. Folha de São Paulo , 13 maio 2003. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u67166.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
PALOCCI 2003d	ALENCAR, Kennedy. Aperto fiscal dura 8 anos, diz Palocci. Folha de São Paulo , 22 ago. 2003. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u52604.shtml >. Acesso em: 23 maio 2022.
PALOCCI 2003e	PALOCCI critica protecionismo de países ricos. Folha de São Paulo , 22 set. 2003. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2209200303.htm >. Acesso em: 23 maio 2022.
PALOCCI 2003f	PALOCCI: "Brasil está hoje mais preparado". Jornal do Senado , 12 março 2003. Disponível em: < https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2003/r030312a >. Acesso em: 16 jun. 2022.

APÊNCIDCE B – Palavras-chave

Palavras/Tipos	Neoliberal				
	Eq. fiscal	Aver. Estado	Cap. privado	Nível. confiança	Reformas
Palavras chave	- superávit - corte de gastos - excesso de gastos - estabilidade fiscal	- menos estado - estado grande - privatizações	- capital privado - capital estrangeiro - mercado de capitais - entrada de capitais	- desconfiança - confiança dos investidores - risco-Brasil - risco-país	- Reforma da previdência - Reforma trabalhista - Reforma administrativa

Palavras/Tipos	Desenvolvimentista		
	Subst. importação	Estado. ativo	Protec. indústria
Palavras chave	- substituição de importações - estrangulamento	- planejamento - estatal/ estatais - investimento público	- proteção - protecionismo

Palavras/Tipos	Novo-desenvolvimentista				
	Export. indústria	Poup. doméstica	Deprec. câmbio	Eq. fiscal	Estrat. desenv
Palavras chave	- exportação industrial	- poupança doméstica - poupança interna	- depreciação/ depreciada - valorização - desindustrialização	- superávit - corte de gastos - excesso de gastos - estabilidade fiscal	- estratégia nacional - estratégia de desenvolvimento